

## ATA DEGRAVADA DA 180ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos Humanos realizou-se a centésima octogésima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Geraldo Gonçalves de O. Filho – SINTIBREF, Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba, Márcio Caldeira – ASSPROM, Guilhermina Torga – SEF, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, Luiz George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa, Júlio César de O. Brum – IMSNS, Fernando H. G. Rezende – SEPLAG, Edir Petrucelli – SEE, Guilhermina Torga – SEF; conselheiros suplentes: Anália Maria Ferreira – COGEMAS, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, Ethiara Vieira de Macedo – SES, João Ademar Specht – AJEAS; os convidados: Soraia Leão Souza – CIMOS/MP, Cláudia M.B. Falabela – SEDESE, Mila Magalhães Ribeiro - SEPLAG; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria Paula, Angelo. Justificativas de ausência: Maria Albanita – SEDESE e Mário Roberto – MDC, por motivos de viagem; Clodoália – SEPLAG, Tanit – SES; André Luís – CMAS/Ituiutaba, Marcos Nunes – FETAEMG, por motivo de trabalho; Rosilene – CMAS/Montes Claros, por motivo de saúde; Andréa Medrado – SEDESE, por motivo de férias. A presidente inicia a plenária: coro para votar a prestação de contas então a gente puxa a pauta para cima, para ver se recebemos mais conselheiros, se não a pauta fica para a próxima plenária. Bom eu gostaria de registrar a presença de uma convidada Soraia Leão de Souza do Ministério Público, seja bem vinda Soraia, é da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social. (Falas ao fundo). SORAIA – Eu trabalho na CIMOS mobilização e inclusão social, trabalho com o promotor de justiça Paulo Cesar e nosso público alvo são os catadores de materiais recicláveis a população em situação de rua, comunidades tradicionais e as pessoas afetadas por grandes empreendimentos de mineração de barragem. Nós estamos aqui à disposição de todos. E eu vou acompanhar a reunião a pedido dele e sempre que ele não puder comparecer. Muito obrigada! JUANITA – muito obrigada, esse conselho se sente muito honrado pela presença e vai ser de muita valia para nós. Bom! Também registro a presença dos técnicos da SEDESE a Superintendente Isabela a diretora Claudia Falabela do FEAS que eu agradeço, porque elas vieram aqui para tirar qualquer dúvida de conselheiros com relação ainda à prestação de contas que não foi suprida ontem, mas vamos esperar até umas 10hs eu gostaria de combinar aqui se não houver coro elas estão liberadas para irem à secretaria e não segurarmos elas aqui mais e jogamos a pauta

37 para a próxima plenária. Ok! Bom é nós temos que fazer a deliberação das plenárias  
38 174, 175, 177,176 e 178 e ainda a ressalva para a plenária 173 e 177 que a empresa  
39 teve problemas na transcrição, me parece que todas essas pautas foram  
40 encaminhadas né Consolação para o e-mail dos conselheiros. Eu pergunto, tem algum  
41 conselheiro que gostaria de se pronunciar com relação a essas pautas, está tranquilo,  
42 podemos aprovar? Então está aprovada as pautas das plenárias citadas. Bom! É Nós  
43 vamos jogar os informes para baixo como sempre fazemos ele sai de cima e vai para  
44 baixo. Até considerando o tempo não é isso? Igual fazemos todas a vezes. Oi? Não  
45 entendi Fátima. FÁTIMA – quantos informes foram incluídos ai? Três? Só porque eu  
46 levantei a mão e não prestei a atenção nos outros. JUANITA – sim, uai! Bom! Eu estou  
47 vendo conselheira nova ai que eu não conheço. Foi apresentada ontem e eu não  
48 estava. É microfone para ela, por favor, Fátima! (falas ao fundo). Então se apresente,  
49 por favor! ETHIARA – Eu sou psicóloga e estou representando a Secretaria de Estado  
50 de Saúde, eu trabalho na coordenação estadual de saúde mental. Eu sou suplente da  
51 Tanit. JUANITA – Hã!! Ontem eu almocei com a Tanit e ela falou que você viria  
52 mesmo. Bom! Não está aqui, mas eu gostaria de dá posse à conselheira Ethiara,  
53 suplente da conselheira Tanit né então hoje ela está em situação de titularidade, então  
54 conselheira esteja empossada e seja muito bem vinda nesse conselho. Aplausos.  
55 Bom! Seguindo a nossa pauta, com relação ao monitoramento do plano de adequação  
56 da SEDESE com relação ao plano de assistência social. Eu gostaria de antes de  
57 conversar sobre isso fazer uma pequena contextualização. Nós estamos como vocês  
58 sabem com um plano de ação fruto do novo acordo que foi feito no empreendimento  
59 hidrelétrico de Candonga é depois de muitas tentativas, foi construído um plano de  
60 ação e este plano de ação, constituiu um grupo de monitoramento. Esse ano, o  
61 conselho estadual já recebeu, me corrija se eu estiver enganada Consolação, os dois  
62 primeiros relatórios de execução do plano de ação elaborado pelo empreendedor e  
63 encaminhado a esse conselho. Esses dois planos, estes dois relatórios de execução  
64 do plano de ação, na época em que chegaram foi fevereiro e março, eu havia  
65 solicitado à secretaria executiva para fazer uma breve análise, considerando que o  
66 grupo de monitoramento faria, eu solicitei à secretaria executiva que fizesse uma  
67 breve análise dos dois relatórios para até eu como presidente identificar a ação de  
68 cumprimento do plano. É nós tivemos algumas dificuldades, na elaboração dessa  
69 análise dos dois planos, posteriormente o grupo de monitoramento se reuniu para  
70 fazer análise do plano dos dois relatórios de execução, posteriormente a análise do  
71 primeiro plano do monitoramento foi em visita in loco para identificar as situações  
72 identificadas no relatório, e por fim o grupo de monitoramento apresentou, na última

73 reunião da mesa diretora relatório dos dois planos de execução do plano de ação de  
74 candonga. Nesse percurso fevereiro, março, abril e maio vou pedir depois o grupo de  
75 monitoramento depois da minha fala para fazer o pronunciamento com relação a isso.  
76 Nós identificamos várias dificuldades tanto pela secretaria executiva, quanto pelo  
77 grupo de monitoramento na proposta do monitoramento, não é isso Márcio? Do  
78 relatório encaminhado por Candonga. É depois da reunião da mesa diretora, eu fiquei  
79 bastante incomodada considerando a nossa responsabilidade do CEAS em  
80 acompanhar a execução do plano, identificando também tanto pelos dois relatórios  
81 que o andamento do plano estava de forma muito morosa. Então com isso nós  
82 sentamos, eu e a secretaria executiva e vamos apresentar para vocês e tomo a  
83 liberdade para apresentar para o grupo de monitoramento uma proposta de  
84 metodologia de acompanhamento da execução de monitoramento do plano de ação.  
85 Eu fiquei incomodada porque quando nós somos técnicos e não temos um norte para  
86 seguir, ficamos um pouco perdidos e os documentos são extensos para avaliar a  
87 responsabilidade do CEAS em analisar aquele documento extenso e tentar estratificar  
88 o que realmente é necessário e o que realmente importa no cumprimento da ação.  
89 Então eu gostaria de apresentar a proposta para você e gostaria que este conselho  
90 ficasse muito a vontade em não aceitar a proposta. Ou adequar a proposta, ou o grupo  
91 de monitoramento fazer uma nova proposta é claro, que antes de apresentar a  
92 proposta eu vou se caso o grupo de monitoramento quiser falar agora ou depois. É  
93 claro que nós fizemos a redação dessa proposta de uma forma bastante simplificada,  
94 mas eu solicitei à Consolação que colocasse no slide somente os temas necessários,  
95 os fluxos que eu acho que é isso que importa. Porque quando você vai avaliar um  
96 plano você tem que instituir uma metodologia. Então eu gostaria de perguntar pedir  
97 licença e perguntar ao grupo de monitoramento se eu posso apresentar a proposta ou  
98 se vocês querem fazer a consideração antes? É o Márcio, o Volney, a Gilvania. (falas  
99 ao fundo), que por descuido meu não falei para elas que precisava vir a essa reunião,  
100 pois é tanta coisa que nós vamos fazendo toda hora e eu esqueci que iríamos  
101 apresentar na plenária de hoje. Então as duas pessoas do grupo de monitoramento,  
102 eu pergunto o que vocês querem que seja conduzido, nós falarmos? Ok, Jóia! (falas ao  
103 fundo). MÁRCIO – bom dia a todos, ASSPROM, acho que é importante termos essa  
104 preocupação e acho que é importante ter a opinião dos outros conselheiros que  
105 compõe com relação à responsabilidade que temos com relação a este processo. É  
106 fundamental termos essa consciência dado toda a história que já foi vivenciado nesse  
107 conselho em se tratando do empreendimento de Candonga. Acho que o cuidado que o  
108 grupo teve em realmente fazer um processo onde fosse tudo bem claro, e não fosse

109 parcial, mas sim um grupo fazer uma análise totalmente parcial de monitoramento  
110 desse plano que foi aprovado que foi aprovado por este conselho e pela SEDESE.  
111 Nós realmente do grupo sentimos muita dificuldades do ponto de vista, qual seria a  
112 estratégia que nós estaríamos elaborando para fazermos este monitoramento. Penso  
113 que foi uma construção que nós conseguimos chegar, que o grupo se debruçou e eu  
114 falo que o nosso grupo ainda não se corporificou do ponto de vista de uma  
115 coordenação desse grupo, acho que isso é importante está claro, dado a  
116 complexidade dessa situação. Houve um empenho de todos tanto da equipe da  
117 secretaria executiva e propriamente dos conselheiros, para que fosse possível  
118 alcançar o mais próximo do que estava sendo pensado para o ponto de vista do  
119 monitoramento para a primeira etapa. As datas que foram proporcionadas, a rapidez  
120 com que as coisas aconteceram para fazermos as visitas in loco para o monitoramento  
121 dos dados que foram levantados para a primeira avaliação. Isso tudo foi um empenho  
122 de todos, tanto da secretaria executiva, quanto dos conselheiros para fazermos este  
123 processo. E foi realizado sim um relatório preliminar que realmente ele carecia sim de  
124 uma metodologia mais completa, dado a complexidade da questão e de todos os  
125 atores que estão envolvidos e vejo como com muita clareza que essa proposta que  
126 está sendo e inclusive ventilada para uma metodologia para que o grupo pudesse se  
127 debruçar em cima dela. Eu vejo isso com positiva essa idéia para melhorarmos a  
128 nossa capacidade de assimilação e desenvolvimento dessa metodologia. Eu acho que  
129 em relação ao grupo, não estou respondendo pelo grupo, estou respondendo  
130 enquanto conselheiro que compõe este grupo, pois dado como foram feitas essa  
131 discussão nós não tiramos a coordenação do grupo, então eu coloco esse meu  
132 posicionamento como muito importante para que a gente melhore a nossa capacidade  
133 e possamos realmente trazer para este conselho o que realmente será interessante do  
134 ponto de vista de matéria para que possa debruçar e dar os devidos  
135 encaminhamentos pertinentes. Obrigado! Quer fazer alguma colocação Volney? Não!  
136 é bom! Com essa colocação do Márcio, fico até mais tranqüila, com apresentação da  
137 proposta e eu acho que aqui também tem que haver uma meia culpa Márcio! De mim  
138 como presidente e da secretaria executiva, pois acho que quando se tem um acordo  
139 que tem que se cumprir, primeira coisa antes de receber a documentação é  
140 estabelecer as estratégias, inclusive com relação a fluxo, prazo, acho que isso  
141 realmente nós pecamos até agora, pois precisávamos desse norte. Esse esforço que  
142 foi feito de apresentar para vocês eu volto a dizer fiquem à vontade para identificar os  
143 equívocos ou propor novos caminhos, mas eu acho que isso poderá dá este norte,  
144 inclusive com relação á datas períodos, considerando que o ano passa muito rápido e

145 temos que avaliar isso até 31/12 e pelo que a coordenação já disse já chegou outro  
146 relatório. Então eu acho que a partir dessa proposta de metodologia e com os anexos  
147 criados nela, acho que é um norte. Eu vou apresentá-la aqui para vocês. Você quer  
148 apresentar Consolidação? Não! Pode passar, por favor. Na verdade o documento está  
149 com a secretaria executiva, é um breve texto, criando um método para avaliação.  
150 Então o objetivo é estabelecer procedimentos para que seja feito o monitoramento  
151 daquelas ações que foram pactuadas na resolução. A resolução é a 429/12 que  
152 dispõe sobre os pontos de ações da SEDESE referente aos pontos pendentes e  
153 conflitantes relativos ao plano de assistência social relativo ao empreendimento de  
154 Candonga. Bom! Os responsáveis, o que a resolução fala. Os responsáveis pelo  
155 monitoramento é o grupo de monitoramento que foi criado pela resolução, compostos  
156 por representantes da SEDESE e do CEAS cuja responsabilidade é acompanhar o  
157 desenvolvimento das ações previstas no plano de adequação. A resolução CEAS  
158 433/13 estabelece os representantes dessa comissão. Representando a SEDESE é a  
159 Rosilene de Fátima Teixeira Oliveira, assistente social, técnica da DG SUAS, Cláudia  
160 Aparecida Maia Saturnino Muniz que é Psicóloga, da Diretoria de proteção especial.  
161 Representando o CEAS é a conselheira Suplente Gilvania Francisca de Paula,  
162 conselheiro João Ademar, Márcio Caldeira e Volney Costa de Araujo. Então são essas  
163 seis pessoas que fazem parte do grupo de monitoramento. Bom! Nós estabelecemos  
164 em três eixos a metodologia, a primeira é coleta de informações, que ela vai se  
165 desmembrar. Enviar o consórcio Candonga deverá enviar bimestralmente relatório da  
166 execução das ações pactuadas. Entende-se que o prazo de envio do relatório deve  
167 ser bimestral para que seja possível observar mudança de status das ações pactuadas  
168 de um relatório para outro. Porque colocamos bimestral, porque já chegaram dois  
169 relatórios mensais e você não vê praticamente alteração de um para o outro. Não se  
170 vê diferença de um para o outro de mudança de status na ação. Então a primeira  
171 mudança é essa que o consórcio de Candonga ao invés de encaminhar mensalmente,  
172 porque na resolução do CEAS fala mensalmente, nós estamos propondo  
173 trimestralmente. B de posse do relatório a comissão de acompanhamento se reunirá  
174 para análise das informações apresentadas. Após a análise a comissão poderá  
175 oficializar o consórcio Candonga para esclarecimentos ou solicitação de informações  
176 complementares ou novas evidências. C em caso de persistências de questões  
177 pendentes a comissão poderá solicitar reunião presencial com os representantes do  
178 consórcio Candonga para elucidação das situações. E é a visitará a comunidade de  
179 Nova Soberba no município de Santa Cruz do Escalvado a cada 6 meses para  
180 verificação amostral da execução das ações pactuadas. Então nessa ação da coleta

181 de informações qual é a proposta. O encaminhado pelo consórcio de relatório  
182 trimestral, a partir das datas que a gente estabelecer do encaminhamento do relatório  
183 trimestral a gente já fecha a data de reunião do grupo de monitoramento, até para eles  
184 terem o monitoramento para eles terem feito de forma abrupta igual foi feita dessa vez.  
185 Considerando que a comissão tem os seus afazeres e as suas responsabilidades. De  
186 posse do relatório trimestral a comissão avalia o relatório e identifica se é preciso de  
187 mais esclarecimentos do consórcio. A própria comissão, notifica o consórcio de novos  
188 esclarecimento a partir daí a comissão visitará a comunidade se caso a comissão  
189 identificar a necessidade até para contribuir na avaliação e checagem dos dados.  
190 Pode passar por favor! Então isso é com relação à coleta das informações. Outro eixo  
191 é com relação ao fluxo das informações após visita in loco e análise dos relatórios,  
192 deverá ser preenchido um instrumental próprio, acompanhamento das ações previstas  
193 comunidade de Nova Soberbo, Santa Cruz do Escalvado que é o anexo I dessa  
194 proposta, para síntese das informações do relatório. B o instrumental deverá ser  
195 preenchido com as seguintes informações. O eixo da ação, a descrição da ação  
196 proposta, o status da ação conforme relatório enviado pelo consórcio Candongas,  
197 extratos da ação conforme visita dos representantes da comissão de  
198 acompanhamento. Se há divergência entre os extratos da ação, entre o que foi  
199 encaminhado e a visita identificada e se há alguma inconformidade na execução de  
200 alguma ação. Isso ai seria uma planilha, como chama essa planilha em Excel. Planilha  
201 dinâmica. A medida que vai gerando as informações ela vai gerando as pendências do  
202 próprio relatório. Pode passar, por favor. Quando houver divergências entre as  
203 informações em relatório e a verificação das visitas in loco, ou quando houver alguma  
204 inconformidade, na planilha, medidas adotadas para correção das ações em  
205 inconformidades que é o anexo II, nesta planilha deverão ser adotadas todas as  
206 providencias para resolver as pendências. Letra D todos os instrumentos deverão ser  
207 apresentados à plenária do CEAS bimestralmente para deliberação e providencias  
208 frente ao consorcio Candongas. E as providencias a serem adotadas cumprem os  
209 objetivos de formalizar ao consórcio sobre as divergências ou inconformidades e  
210 deverão constar no próximo relatório de execução emitido pelo consórcio com  
211 respectivos encaminhamentos adotados. E a ultima etapa da metodologia é o relatório  
212 final. Entre os meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, a comissão deverá  
213 preencher a planilha status final das ações pactuadas que é o anexo III da proposta, B  
214 as informações para preenchimento da planilha deverão ser extraídas do ultimo  
215 relatório encaminhado pelo consorcio Candonga. C a comissão fará a ultima visita in  
216 loco para averiguação das ultimas informações das ações pactuadas, B a planilha

217 deveria ser preenchida com as seguintes informações Eixo, Ações pactuadas e status  
218 final com ações cumpridas ou não cumpridas. E a comissão deverá emitir ainda uma  
219 planilha indicativa de cumprimento do plano de ação conforme resolução CEAS  
220 429/12, este parecer subsidiará a aplicação de nova resolução. F para definição de  
221 status final da ação entre cumprida e não cumprida deverá ser levado em  
222 consideração, todas as ações proposta excetuando os itens que no decorrer do  
223 processo foram ajuizados. Neste caso o total de ações a serem executadas devem ser  
224 o total inicialmente subtraindo-se os itens ajuizados. E final. Cada os anexos por favor!  
225 É claro que essa simples apresentação tem um texto porque chegamos a esse método  
226 para subsidiar essa plenária a tomar uma decisão. Aquele é o anexo I, é isso? Coloca  
227 no anexo para dá a seqüência. Olha lá! Bom o anexo I da metodologia! É uma planilha  
228 dinâmica a medida que vai preenchendo essa planilha ela vai alimentando as  
229 pendências e as inconformidades. Então está o eixo, a ação que foi proposta de  
230 acordo com as medida que foram realizadas e as outras ações que a pessoa não  
231 consegue enxergar, mas é igual está na apresentação. A planilha II, por favor,  
232 seguindo a mesma lógica. A partir do momento que alimenta a planilha I gera-se a  
233 providencia pra ser encaminhada para o consorcio e já apresentação para o próximo  
234 relatório e a planilha III relatório final, que o grupo de monitoramento vai apresentar se  
235 dentro das ações do plano de ação ser foram cumpridas ou não cumpridas, para  
236 subsidiar essa plenária na decisão final da liberação do plano de ação da SEDESE,  
237 em discussão da proposta pelo grupo de monitoramento e todos os conselheiros.  
238 Marcelo! Márcio! MARCELO – ô Presidente! Inicialmente quanto ao prazo. O prazo  
239 inicial falava de monitoramento mensal a proposta é que seja trimestral, nós já  
240 estamos em junho e eles fariam mais dois relatórios, junho, julho agosto, setembro,  
241 outubro e novembro, sendo três relatórios. A primeira duvida. Se é trimestral isso  
242 depende de visita? Como se daria isso, considerando que no final como será este  
243 tempo para o monitoramento fazer esse acompanhamento e obtermos a proposta.  
244 Esse é o primeiro ponto! Fluxo por favor! No item D, por favor. Fala ambos os  
245 instrumentos deverão ser apresentados à plenária do CEAS semestralmente para  
246 deliberação do CEAS frente a relatório do consorcio. Não sei se está casando as  
247 datas? Este é outro ponto. Item 4 relatório final. A comissão deverá emitir ainda um  
248 indicativo do cumprimento ou não do plano de ação. Conforme resolução do CEAS  
249 429. O parecer subsidiaria a publicação de nova resolução. Que nova resolução que é  
250 essa, só por ultimo. E F fala, bom para definição, do status final da ação entre  
251 cumprida e não cumprida deverá ser levado todos os status da ação excetuando-se os  
252 itens que no decorrer do processo ajuizado e inicialmente subtraindo os itens

253 ajuizados. O que quer dizer ajuizados, por favor? JUANITA – a questão indo lá no  
254 prazo o que nós temos hoje. O consorcio Candonga já enviou dois relatórios mensais  
255 que não identificamos mudanças na ação dos dois relatórios, chegou mais um então  
256 se for aprovado essa proposta nós teríamos um relatório do primeiro trimestre. Nós  
257 pegaríamos os três relatórios, faríamos a análise dele para alimentar o anexo I e a  
258 partir daí o grupo de monitoramento se for aprovado, nós teremos que sair daqui com  
259 uma proposta de agenda para cumprir essa metodologia. Em análise desses três  
260 relatórios, o grupo de monitoramento vai analisar esses três, identificar a planilha e  
261 verificar se precisa solicitar informações complementares ao consórcio. É o tempo que  
262 o consórcio vai ter para encaminhar as informações necessárias, e se caso a  
263 comissão verificar a necessidade de ir in loco ela irá. Então esse período vai dá  
264 aproximadamente 6 meses, pois o que foi colocado. Foi colocado no plano de ação o  
265 relatório mensal. O relatório mensal iniciou-se em fevereiro, nós estamos em final de  
266 maio e nós ainda não temos condição de avaliar esses três relatórios. Então pensando  
267 nesse fluxo de prazo, a minha opinião e é claro que está para discussão. Vamos  
268 verificar se esse fluxo de prazo daria para a comissão apresentar a essa plenário,  
269 como está o andamento da discussão. Isso é uma coisa. Existe um erro. O parecer do  
270 relatório semestral do grupo de trabalho vai ser apresentado a essa plenária para  
271 subsidiar a plenária para expedir a resolução, pois quem vai expedir a resolução é a  
272 plenária da aprovação ou não da resolução. Então não é o grupo de monitoramento  
273 que vai emitir parecer. Peço á Consolação que faça alteração. O Grupo de  
274 monitoramento vai emitir parecer pra essa plenária para subsidiar a nossa tomada de  
275 decisão. Como sabemos do processo ainda que está a questão de Candonga,  
276 inclusive com promotores agora intervindo novamente a SEDESE já foi informada que  
277 haverá um novo processo de mediação pela promotoria dessa situação, então o que  
278 eu entendo, se foi se está sendo feito alguma ajuizamento pela justiça de alguma ação  
279 especifica, no meu entendimento não há necessidade de acompanharmos a execução  
280 dessa ação especifica. Não estou falando qual, alguma se vier a acontecer, pode ser  
281 que não venha a acontecer. Porém quando se cria um método você tem que ter todas  
282 as possibilidades. Já foi pensando de haver alguma possibilidade em caso de alguma  
283 ação e ela sai do foco da avaliação desse conselho. Não sei se respondi todas.  
284 MARCELO – você respondeu! Agora estou entendendo a situação. Pode ser que o MP  
285 venha a ajuizar alguma ação em que ações que estão sendo discutidas e que foram  
286 aprovados no CEAS sejam avaliadas pelo judiciário. Mas acho que temos que decotar  
287 alguma coisa. O fato do MP ajuizar alguma coisa não quer dizer que isso vai ser  
288 definitivamente resolvido pela justiça, pois a própria justiça pode entender que aquilo



289 que o MP está pautando, o CEAS cumpriu e fez da forma devida, então como  
290 sugestão, a não ser que haja um liminar na justiça de suspender o trabalho que o  
291 CEAS está fazendo, eu penso que o trabalho do CEAS tem que continuar. Aquela  
292 ação deve ser monitorada sim. Pois o fato de ter ajuizado uma ação haverá uma  
293 resposta que o MP queira e que via contrariar aquilo que o conselho estadual já  
294 decidiu em outras plenárias. GERALDO – bem em cima e é questão de ordem. Por  
295 isso pedi a palavra, penso presidente que deve ser considerada todas as ações  
296 proposta executando-se que no decorrer do processo foram ajuizados, eu penso que  
297 não é excetuando-se. Eu penso que é trazendo ao nosso conhecimento dependendo  
298 da situação. Vamos supor que é uma ação ajuizada, porque ela pode está mediando a  
299 promotoria pública, podendo instaurar um inquérito. Esse plenário tem que levar em  
300 consideração o que está sendo deliberado lá, porque se é contraria. Como vamos  
301 contraria uma decisão judicial ou até mesmo da promotoria pública. Penso que não é  
302 excetuando-se penso que é considerando dependendo do caso. Obrigado! JUANITA –  
303 Bom! Então quando nós nos atemos a colocar a questão da letra F, é porque  
304 embasando na primeira experiência, na primeira mediação que fizemos. Se eu não me  
305 engano foi Braunas que nós participamos diretamente. Eu me lembro que naquela  
306 época nós tivemos situações que foram ajuizadas e naquela época nós estávamos  
307 conduzindo o processo e nós nos atemos porque já está no âmbito da justiça. Pois no  
308 embasamento da nossa experiência que foi colocado isso, pois se será tomado como  
309 foco para o monitoramento, sendo uma experiência naquela época, foi trazido essa  
310 experiência para uma avaliação de vocês. Considerando que já passamos por essa  
311 experiência. FÁTIMA – eu observei ali que seria um relatório mensal, passando para  
312 trimestral, eu fico pensando que se deixarmos mensal teremos acompanhamento de  
313 tudo aquilo que o consórcio está encaminhando nos relatórios, pelo conhecimento que  
314 eu tenho no momento em relação à Candonga não houve cumprimento pelas pessoas  
315 que eu tenho conversado, não houve cumprimento de nenhuma das ações que foram  
316 pactuadas até hoje, que continua tudo a mesma coisa, por isso eu creio que o  
317 levantamento que feito ai não avançou nada. Ou eu estou errada! JUANITA – não!  
318 Quem tem que falar isso é o grupo de monitoramento. Não sou eu! Então vou fazer a  
319 pergunta para o Márcio, porque até agora não tomamos conhecimento do relatório.  
320 JUANITA – Ô Fátima, na hora que o Márcio for falar na fala dele ele... FÁTIMA – mas  
321 é por isso que eu concluir meu pensamento, eu acho que até agora que dá para  
322 perceber que até agora não foi encaminhado de acordo com as proposta, não sei se  
323 com esse prazo as coisas serão através de um relatório mais diferenciado. Se  
324 colocarmos mais data precisa, nesse prazo não sei se adiantaria. Vai ser um prazo

325 que três meses se uma coisa não encaminhou em seis meses, já que estamos nesse  
326 acompanhamento desde dezembro do ano passado até agora nós estamos em Maio,  
327 não se avançou, eu fico questionando, será que daqui a três meses vamos avançar.  
328 Mas outra coisa que quero questionar é eu fiz uma observação, quando chegar em  
329 dezembro esse relatório para janeiro, nós vamos ter condições de cobrar mais, se no  
330 relatório não avançou quando chegar Dezembro, qual será o encaminhamento que  
331 vamos ter. Eu quero saber, porque a proposta fala de fazer um relatório de dezembro  
332 a janeiro de 2014, qual é a proposta que nós vamos ter. JUANITA – é cassar a  
333 resolução, não tem outra proposta não. FÁTIMA – então agora você falou o que  
334 estava pensando, porque de repente temos que saber qual é a atitude que nós vamos  
335 ter quando chegar dezembro, porque eu creio que até dezembro, nós estamos  
336 terminando o ano, as coisas vão se resolver até dezembro? Qual a proposta que  
337 vamos tirar desse CEAS. JUANITA – então a sua proposta é voltar o relatório de  
338 trimestral para mensal, você tem outra contribuição? FÁTIMA – com prazo mais longo  
339 as pessoas vão encaminhando de acordo com os prazos. JUANITA – você tem mais  
340 alguma contribuição fora o prazo mensal? FÁTIMA – entendeu? JUANITA – Entendi!  
341 Cris! CRISTIANE – bom a todos e a todas! É além das questões que o Marcelo já  
342 pontuou, essa questão do trimestral me chamou a atenção, até porque a resolução é  
343 mensal e já encaminhou na resolução e se for aprovado terá que alterar a resolução.  
344 Uma outra questão que chamou a atenção, parece que a comissão de normas e a de  
345 política estão construindo um processo de monitoramento de todos os processo de  
346 usina e lendo ali me veio a mente de que esse processo está praticamente pronto.  
347 Adequar uma questão ou outra, pois está relacionado à questão de Candongas, mas  
348 tem aspectos que contribuem bastante para esse monitoramento de todos os  
349 processos que já passaram, mesmo aqueles que não tenham nenhuma ação a ser  
350 corrigida. Adiantou o processo e um fluxo bastante interessante, as planilhas  
351 chamaram a atenção. As planilhas dinâmicas irão contribuir muito com todos os  
352 consórcios, com todos os empreendimentos. JUANITA – Anália! Desculpa é o  
353 conselheiro Márcio! MARCIO – um ponto que acho que é importante para ser  
354 colocado. Isso foi até um debate do nosso grupo, quando se colocou na proposta a  
355 Letra C a questão da comissão oficial. Na coleta de informação. Na letra C em outra  
356 tela. Quando houver divergência. É com relação a oficial o consórcio. A comissão  
357 oficial o consorcio, qual é a nossa competência no aspecto, porque? Quem faz a  
358 interlocução com o empreendedor é a comissão, é o conselho ou é a SEDESE?  
359 Entendeu! Como agimos nesse aspecto, qual a autonomia que essa comissão tem  
360 nesse aspecto. Na resolução 429, isso não ficou clarificado, a quem vamos reportar?

361 À plenária? A SEDESE vai fazer o contato com o empreendedor. Então são essas  
362 questões de certa forma, fez com que não fosse avançado. Como vamos estabelecer  
363 o fluxo de comunicação com o empreendedor. Haja vista que o CEAS deliberou  
364 através da deliberação 429, de uma certa forma ela esgotou essa relação direta com o  
365 empreendimento. Este é um dos obstáculos identificados. Como fazer essa  
366 interlocução? Passamos por onde? Se passamos pelo conselho, o conselho terá que  
367 deliberar sobre alguma matéria, sobre isso. Então essa questão do fluxo é que nós  
368 incomodou, como vamos tomar essa decisão como tomar esse encaminhamento e já  
369 definido pela plenária, qual será a estratégia, para que possamos ter autonomia no  
370 sentido. Com relação à questão do fluxo e até aproveitando a fala da Fátima, a  
371 questão do trimestre a questão do mês, a nossa resolução fala que por meio do  
372 parágrafo primeiro do artigo 4, a entrega é em relatórios mensais, alterando em  
373 relatórios trimestrais teremos que alterar essa resolução? Entendeu? É outra questão.  
374 Realmente acho que no processo de análise haja visto todo o percursos que tem que  
375 ser feito, análise reunião da comissão, não é fácil fazer reunião de agenda de todo o  
376 grupo. É algo que temos que tomar muito cuidado para deliberação. Vejo que  
377 devemos manter a questão da proposição mensal do ponto de vista de buscar uma  
378 forma de fazer uma avaliação do fluxo mais efetivo. Não sei qual o desdobramento  
379 disso em nome do grupo. Não estou falando em nome do grupo. Estou falando  
380 enquanto componente desse grupo. E com relação à questão das ações ajuizadas que  
381 o Marcelo levantou, é importante pensarmos que embora essa ação seja ajuizada ela  
382 possa ficar em stand by a partir desse momento desse processo de ajuizamento ou  
383 de conciliação, é conforme o processo dessa mediação desse ajuizamento, ela poderá  
384 ter uma continuidade ou não. conforme foi ponderado pelos conselheiros dela não  
385 figurar na relação, temos que repensar. Talvez ela configure, mas com status  
386 específicos conforme ela se dá. Mas não perdemos a visibilidade de todas as ações  
387 que devem ser cumpridas pelo consorcio. Acho que devemos construir fluxos para  
388 termos um panorama geral até o fim, não excetuar uma ou outra ação. JUANITA –  
389 bom terminou conselheiro? MÁRCIO – sim JUANITA – bom a proposição desse  
390 método, primeiro é considerando a minha experiência técnica de intervenção em  
391 acordos que são realizados, com municípios, com conselhos com relação a  
392 dificuldades. Quando você estabelece um prazo muito pequeno, primeiro é difícil de  
393 acompanhar, segundo é difícil o outro lado se adequar para aquilo que você  
394 estabeleceu com ele. Ele precisa de um prazo maior para se adequar, ai foi o que falei  
395 Márcio. Inclusive quando pensamos nesse prazo, ai conversei com os conselheiros  
396 Cristiane e Marcelo, foi a minha angustia daquela reunião nossa da mesa diretora,

397 principalmente quando você fez um relato, eu pensei. O conselho está dando uma  
398 responsabilidade enorme para o grupo de monitoramento, entretanto o conselho não  
399 está apoiando o grupo de monitoramento nessa situação e da forma que isso irá  
400 acontecer. Quando eu acho e eu falo de novo pela minha experiência, mas eu iniciei a  
401 apresentação com a proposta da presidência, com a secretaria executiva, mas é  
402 plausível de alterar. Só que achamos que quando, e se mudarmos aqui e acordamos o  
403 relatório trimestral, é só fazer uma resolução fazendo essa alteração e inclusive temos  
404 que comunicar o consórcio desse método pra ele se adequar porque ele não vai ter  
405 outro tempo se não for esse. E a outra questão também é com relação ao ajuizamento  
406 que poderá ser mantido no status na planilha de monitoramento, porem não vamos ter  
407 como nem o quê fazer com essa relação, mas é entendendo pela pratica que tenho  
408 desse plenário aqui. MARCELO – eu me escrevi novamente para fazer algumas  
409 reflexões sobre o período trimestral. Eu quero concordar com a presidente o fato de  
410 ser trimestral, pelo seguinte motivo. O motivo que a presidente aponta é um bom  
411 motivo, mas gostaria de acrescentar o seguinte. O empreendimento já tem que  
412 cumprir as metas que foram pactuadas na resolução. Muito bem, pressupõe a boa  
413 vontade do empreendimento em resolver o problema. O fato de ser mensal ou  
414 trimestral, se ele não quiser cumprir ele não vai cumprir, mas para fins de metodologia  
415 de trabalho nosso trimestral será muito mais fácil e exeqüível de monitorar a comissão  
416 de monitoramento avaliar, porque se no processo de três meses concluir que avançou  
417 pouco ou não avançou a comissão vai ter muito mais condições de fazer essa analise.  
418 Pela própria documentação de analise executada do primeiro para o segundo não  
419 houve avanço nenhum, pelo que foi apontado aqui, se agora nesse terceiro relatório  
420 houve pouco avanço e agora nesse próximo avançou ou não avançou vamos ter  
421 condições para que eles em três meses já façam as adequações e já cumpram as  
422 outras metas do primeiro trimestres, companheiro Geraldo, porque se ele não for  
423 cumprir ele não vai cumprir. Ele já está com má vontade, isso fazendo uma analise.  
424 Nós entendemos que ele vá cumprir, torcemos que ele cumpra. Isso não vai alterar no  
425 processo deles que ele cumpra. GERALDO – aquela era uma questão de ordem. E  
426 agora é minha fala e quero cumprimentar a todos. Bom dia a todos, desculpe o atraso,  
427 mas tive outra reunião mais cedo. Nesse quesito o que eu estou pensando é que falta  
428 uma situação. Eu quero ratificar a posição que Fátima nós trás no que diz respeito à  
429 periodicidade, quero aqui ressaltar a quantidade de pernas que a gente tem pra fazer  
430 isso mensal, ressaltar o trabalho por excesso e por excelência da comissão. Porém eu  
431 ratifico o que a Fátima nós trás porque Candonga já nos trouxe muito problema. Eu  
432 diria que é má vontade. Eles têm boa vontade dentro da linha filosófica deles. Então

433 eu penso que não deveríamos alterar que deveria ser mensal, mesmo porque  
434 trimestre pra quem já tem um passado que não recomenda que é o caso de Candonga  
435 é muito, muito embora vá exigir um sacrifício muito maior da comissão e eu quero  
436 entender isso aqui. Quero inclusive entender o papel da nossa presidente. A gente  
437 sabe o desgaste o gasto e o tempo que gasta nisso, mas Candonga eu acho que  
438 merece essa situação. Segunda colocação é no que diz respeito ao Márcio, aquela  
439 questão de ordem que eu coloquei Presidente é que ajuizado a ação há uma  
440 modificação ali dentro do que o Márcio coloca. Concordo em gênero numero e grau,  
441 porque dependendo daquela situação aquilo dá um conforto maior para a própria  
442 comissão tomar a decisão. Então quero concordar que o encaminhamento é aquela  
443 situação. Acho que a colocação que eu quero fazer é mais direcionada a essa  
444 situação de semestral, mesmo considerando as já colocadas aqui. JUANITA – mais  
445 algum conselheiro para fazer a colocação? Conselheiro João Ademar. JOÃO  
446 ADEMAR – bom dia desculpa o pequeno atraso. Só lembrar eu não peguei o começo  
447 da conversa, mas eu peguei aqui com o Márcio que essa comissão de monitoramento  
448 nela o CEAS tem assento, mas ela é composta por mais integrantes. Ou seja, o que a  
449 comissão vai fazer ou não vai fazer, claro o CEAS tem assento, mas não está aqui a  
450 deliberação da validade da comissão. É importante é saber onde estamos em que  
451 nível, até onde podemos fazer. Sobre o equilíbrio do ponto de vista da efetivação, eu  
452 concordo e ressalto o que o Marcelo colocou são o consorcio e os atingidos à medida  
453 que eles são atingidos e colocam a situação. Monitoramento, monitorar, mesmo que o  
454 santo desejo é de agir, mas acho que por conta dos percausos que já houve é  
455 importante ter isso. Tendo presente isso temos uma ação de monitoramento que o ator  
456 sobre o ponto de vista de fazer essa questão caminhar é a secretaria é a SEDESE,  
457 então no que isso implica. E sobre o ponto de vista de acompanhamento, o Geraldo,  
458 quando ele falou em pernas achei que ele iria para outro rumo. Mas também temos  
459 que construir na pratica objetivo, mensalmente ir acompanhar você me desculpa, mas  
460 não tem perna não, Fatinha? Foi muito realista, nós vamos ser objetivos nas  
461 comissões no dia-a-dia mensal pelo conselho é difícil, não vou falar para vocês que  
462 não estão. Eu pessoalmente me dispus como os colegas também que mais para visita  
463 in loco. Visita in loco significa ir pela manhã e voltar no dia seguinte e infelizmente os  
464 que teriam agenda já não se dispõe. A vida já me ensinou se você tiver urgência peça  
465 ajuda a quem tem agenda cheia ele irá te ajudar. Entende! Pessoas que teriam  
466 potencialmente tempo não vêm, acho que temos que ser realista. De acompanhar isso  
467 de instrumento também. Aquilo que ajuda para darmos efetividade à aquilo que  
468 podemos fazer. Seríamos o mais possível da subjetividade do ponto de vista da

469 apreciação e colocamos, qual a maneira que quem quiser fazer o caminho com  
470 eventuais críticas procedimentais e tal, mas foi teve visita teve a parte técnica. Já foi  
471 dito aqui a importância da Nilce como técnica do conselho que acompanha no caso a  
472 comissão que tem coisa que o domínio nosso é mais restrito, onde o domínio é mais  
473 vamos fazer isso. obrigado! JUANITA – é eu acho assim em cima da fala do João  
474 Ademar, primeiro a responsabilidade de aprovar o PAS ou de aprovar o plano de ação  
475 que foi feito é do CEAS, o que aconteceu na época é que o CEAS andou até um  
476 pedaço e que o CEAS não estava dando conta de andar mais e pediu à SEDESE para  
477 fazer essa mediação. A SEDESE fez essa mediação que propositou nessa resolução  
478 429 e a partir daí a resolução fala no grupo de monitoramento. Então não podemos  
479 tirar desse conselho de aprovar ou não o que foi deliberado, porque a resolução é do  
480 CEAS. Então assim, acho que a competência é nossa, e quando apresento essa  
481 proposta de monitoramento, apresento como CEAS e não como SEDESE, mas é  
482 óbvio que não tem como tirar uma da outra, você pega a experiência prática da  
483 pessoa na cadeia que ela se encontra. Mas estou vendo basicamente antes de passar  
484 para a Cristiane que temos dois empasse na metodologia, gostaria de confirmar com  
485 você se é isso. Uma é com relação a prazo de envio do relatório. E a outra questão é  
486 com relação a subtrair as ações aquela que foi ajuizada. Ademais eu entendo que foi  
487 sobre as outras questões está tranquila para cada um. CRISTIANE - Com a fala do  
488 João Ademar me veio uma questão JUANITA, vamos discutindo tantos assuntos que  
489 algumas coisas vamos perdendo e gostaria até da ajuda dos conselheiros para  
490 lembrar que além dessa discussão que estamos colocando em relação às ações  
491 que o consórcio tem responsabilidade, eu me lembro que também tem um plano da  
492 SEDESE de intervenção pública na região do consórcio. Então eu fiquei na dúvida  
493 assim, quem está monitorando as ações que seriam na época foi discutido que seriam  
494 ações que nós iriam ajudar a construir o PROASSISTE. Nos sempre falamos do  
495 PROASSISTE e não estamos retomando essa discussão, não sei se o grupo de  
496 monitoramento vai também cuidar disso. Eu sei que na resolução não, mas não  
497 podemos esquecer essas ações que são valiosas para discutir a questão do  
498 PROASSISTE. Essa questão da metodologia, não tem nada haver. Acho que  
499 podemos primeiro decidir com relação à metodologia e depois retomar a discussão  
500 das intervenções públicas no espaço desse empreendimento. CONSOLAÇÃO – bom  
501 dia. Em relação a isso Cris, se formos lembrar o plano que foi aprovado, foi para gerar  
502 esse outro de adequação. Então à medida que foi e na hora que foi entregue o plano  
503 de adequação, o que foi apresentado, encerrou aquele planejamento anterior da  
504 secretaria, porque envolveu várias secretarias para elaborar o plano de intervenção.

505 Então todas as secretarias a serem monitoradas, elas estão dispostas no plano de  
506 adequação. Inclusive consta ações da secretaria do trabalho, da EMATER tudo dentro  
507 do plano de intervenção, não há nada além do plano como está ai. E como bem falou  
508 o João Ademar, é a nossa a comissão ela é composta do CEAS e da SEDESE, em  
509 momento algum também fala-se que o apoio técnico tem que ser dado do CEAS. Isso  
510 é uma coisa boa, quando ele falou da importância do suporte técnico, porque em  
511 verdade até a Nilce no momento foi solicitado a ela dá essa apoio, porque a reunião foi  
512 aqui, mas temos que colocar isso, pois a resolução em si não fala de apoio técnico da  
513 secretaria executiva, porque ela é composto do CEAS e da SEDESE então isso nós  
514 temos que até verificar qual é o papel da secretaria executiva nessa questão. Até o  
515 que ela fez, ela não foi designada para, até ela estava aqui no dia de  
516 acompanhamento e até eu não estava no outro dia e ela assumiu toda essa questão.  
517 JUANITA – então, ai consolação é redundante. Todas as ações do CEAS a secretaria  
518 executiva está envolvida automaticamente. Inclusive a subsidiar os conselheiros, eu  
519 não vejo a necessidade de colocar no método essa questão específica, porque todas  
520 as ações no CEAS que necessita de suporte técnico profissional das profissionais,  
521 então pra mim já está completamente ligado. GERALDO – o que eu quero colocar  
522 primeiro é o seguinte é ratificar a colocação que Cristiane nós trás, realmente  
523 Consolação está intrínseco eu estive lá inclusive, em santa Cruz dos Escalvado na  
524 época, então faz parte agora desse grupo de trabalho. Então é responsabilidade desse  
525 grupo de conselho. Desse acompanhamento por parte do conselho é muito grande,  
526 porque esse olhar das implementações várias dentro do processo agora ele deve ser  
527 trazido para o conselho como um olhar no nosso plano do PROASSISTE. Embora nós  
528 temos o conselheiros contrario a essa situação, mas nós não podemos perder de vista  
529 o PROASSISTE. Porque se não teremos outros problemas com outros  
530 empreendimentos da mesma ordem, então tem essa responsabilidade que não se  
531 pode perder de vista. A segunda colocação que se Poe aqui é seguinte, não sei se é  
532 redundante mas é bom ressaltar o seguinte. A responsabilidade técnica da secretaria  
533 executiva em apoiar o grupo em acompanhar no que diz respeito em acompanhar  
534 essa comissão e trazer para o conselho aquilo que é importante por exemplo para o  
535 PROASSISTE está inserido no contexto, mas a questão da secretaria dá suporte  
536 técnico no que diz respeito ao processo como um todo não, porque isso faz parte da  
537 SEDESE, se não for redundante nós precisamos clarear isso. a responsabilidade do  
538 assessoramento da secretaria e trazer resposta para este colegiado e não suporte  
539 técnico que é da secretaria de estado hoje. JUANITA – bom quando eu coloquei essa  
540 situação é porque na metodologia que está disposta ai! Nós observamos que só tem

541 um parecer e é o parecer da comissão. A técnica da secretaria executiva não vai dá  
542 parecer para a plenária tomar a decisão, porque se há uma resolução que constitui o  
543 monitoramento, é este grupo de monitoramento que constitui a responsabilidade para.  
544 Quando eu falo da técnica da secretaria executiva está em todas as ações do CEAS é  
545 com respeito com aquilo que o conselheiro precisar para subsidiar ele à análise. Por  
546 exemplo, o conselheiro Volney não tem entendimento sobre uma situação. O  
547 conselheiro Volney vai lá na Consolação na Nilce, na Rosa e solicita. Isso! é o apoio  
548 técnico. Porque, o que pegamos, pegamos a resolução 439 e fala que a competência  
549 é da resolução, então não tem como um técnico pegar e dá um parecer técnico sobre  
550 uma competência que é exclusiva da comissão. Ai é com relação à Candonga com o  
551 plano de ação. Ai quando a Cris, coloca a situação, ela fala que já poderíamos até  
552 votar pra até eu colocar a minha situação. A questão do PROASSITE tem que voltar  
553 com isso em pauta, e eu acho que é um gancho inclusive com a experiência de  
554 Candonga para voltarmos com a experiência do PROASSITE em pauta, mas eu  
555 acho que pode-se voltar agora nesse momento para a proposta de monitoramento. E  
556 ai eu assumo ela novamente e continuo vendo a divergência com relação aos dois  
557 prazos. Então, nós temos uma proposta que foi trazida para a apresentação e nós  
558 temos uma outra contribuição de alguns conselheiros que é com relação à permanência  
559 do prazo mensal do relatório e a questão de retirar a ação de ajuizamento. Tem mais  
560 alguma questão que gostariam de tirar de melhorar? Você quer falar Márcio? Não!  
561 Assim. MÁRCIO – essas duas questões são as duas que precisamos dá  
562 encaminhamento e é importante está clarificando minha posição deste ponto de vista,  
563 me corrija por favor a secretaria executiva se eu estiver errado, mas o consórcio ele  
564 apresentou o primeiro relatório no mês de abril? Não! Eu não sei os prazos, foi em  
565 Março. E de março as ações que identificamos, algumas parcialmente cumpridas,  
566 outras não cumpridas. É fato que o prazo para cumprimento das ações ele vai até  
567 dezembro de 2013. Então a questão do nosso monitoramento da evolução do  
568 cumprimento dessas ações. Foi em Fevereiro que está sendo colocado aqui. Então a  
569 questão toda é nossa agilidade com relação ao nosso formato de trabalhar a nossa  
570 informação. Se ele for trimestral e nós não tivermos a forma de trabalhar com ele, vai  
571 cair na mesma ação. Se ele for mensal se não tivermos como trabalhar com a forma,  
572 vai cair no mesmo processo. Mais ai é a dinâmica de trabalho da comissão que temos  
573 que debruçar para darmos conta de fazer esse processo ocorre. Na minha entidade  
574 por exemplo os meus relatórios têm que ser trimestral, porque mensal eu não tenho  
575 condição de fazer. Entendeu? Nós temos que ter essa clareza. A forma é a forma que  
576 estamos tentando caminhar e o que ficamos, são pontos que temos que está atacando



577 acompanhando. Talvez essa metodologia vai nos dá essa visibilidade, quais são os  
578 pontos que precisamos focar. Ai eu já posso até pensar, que nada impede que mesmo  
579 sendo um relatório trimestral, a comissão possa ter autonomia de solicitar algum  
580 esclarecimento nesse intervalo de tempo ao consórcio. Acho que ai nós temos e  
581 podemos criar este método. Temos que ter o pé no chão em relação às questões e  
582 termos o olhar diante das ações e dos materiais que temos aqui. Se não tivermos essa  
583 clareza, essa agenda interna podendo ser mensal ou trimestral que iremos incorrer  
584 nas mesmas dificuldades. JUANITA – vou aproveitar sua fala e responder duas  
585 questões. O método de acompanhamento é o norte é a regra a excesso ela vai  
586 acontecer. E as exceções têm que está preparado para tomar a decisão. A comissão  
587 identificou a necessidade é a qualquer momento. Na mesma lógica e eu estou  
588 colocando isso, porque há um ofício do consórcio Candonga apresentando uma  
589 situação que eles entendem que é uma situação irregular e solicita uma reunião com a  
590 comissão. Então eu acho que é isso, é de ambos os lados. Se tem algum alerta  
591 piscando tem que ser tomado a decisão imediatamente. A outra questão que é a  
592 minha sugestão que eu iria fazer no final mas eu já vou adiantar, que é quando  
593 aprovarmos este relatório a secretaria executiva é fará uma proposta de agenda para  
594 que saiamos daqui com esse calendário fechado considerando o método. Data de  
595 entrega do relatório. Data de entrega da comissão e aonde, data da visita, até para os  
596 conselheiros os participantes do grupo de monitoramento terem esse  
597 acompanhamento. A secretaria executiva inclusive ter com relação à solicitar  
598 documentação ou providenciar diária ou o que for necessário. Mas acredito que a  
599 partir do momento que deliberarmos aqui sobre esse monitoramento, nós já saímos e  
600 inclusive a secretaria apresenta a proposta de calendário. Posso conduzir a votação  
601 então? Você quer dá alguma sugestão. ANÁLIA – bom dia a todos! É antes de votar  
602 eu queria fazer sugestão, não sei JUANITA se podemos caminhar para isso, mas acho  
603 importante fazermos o exercício das decisões consensuais, por exemplo eu estou  
604 completamente convencida de que o prazo dos relatórios devem ser trimestral, e ai se  
605 poderíamos fazer o exercício porque nós temos duas posições, porque a Fátima e o  
606 Geraldo colocaram a possibilidade do relatório mensal, depois de varias explicações  
607 muito claras convincentes, se essa pessoas Fátima e Geraldo poderiam, gostariam, de  
608 manifestar ta antes da votação, porque se os dois manifestarem a favor do trimestral,  
609 nós não precisaríamos nem levar para votação, seria uma decisão consensual. Que é  
610 assim, eu acho que é o ápice do amadurecimento das discussões, pode ser?  
611 GERALDO – muito parabéns pela sugestão. É eu não quero aqui, eu quero divergir do  
612 colegiado individualmente, mas também quero manifestar que se a maioria considerar

613 que deve ser trimestral, como vários consideraram não vou repetir aqui a minha  
614 posição em ser mensal, mesmo considerando eu continuo assim. Mas se tiver que sair  
615 uma decisão unânime não terei nenhum problema em compor com a maioria. Então,  
616 porque reconheço o trabalho difícilíssimo que você vai enfrentar daqui para frente e  
617 inclusive a comissão com o Márcio. FÁTIMA – eu também eu vejo que a minha  
618 posição continua a mesma. Vou só me manifestar, porque se você dá um prazo maior,  
619 não estou falando em questão dos nossos conselheiros, porque eu reconheço o  
620 trabalho e a dificuldade do trabalho de todos. Estou falando do empreendedorismo  
621 porque. Ele tem que cumprir as metas. Se você deliberar um prazo maior para eles eu  
622 vejo nesse sentido. Se você prolongar para três meses. Como o Márcio disse, como  
623 nós vamos acompanhar, se eles tem prazo e estamos nos aproximando de junho. Eles  
624 tem prazo até dezembro concorda. Tem o prazo até dezembro! Então nesses prazos  
625 nós temos bem dizer, ele vai ter conhecimento e ele vai mandar o relatório a partir de  
626 quando que nós vamos começar a contar isso, junho, julho agosto, certo! Eles irão  
627 mandar o relatório agosto, como nós vamos questionar se ainda falta, setembro,  
628 outubro, novembro, se ainda falta mais quatro meses, quando chegar mais quatro  
629 meses nós vamos questionar nos três meses que não foi cumprido determinada meta  
630 e eles terão até final de dezembro, mais quatro meses. Bom! Se ficarmos pendente  
631 uma determinada coisa nesses três meses, será que até final do relatório, eles irão  
632 cumprir toda essa meta que nós propomos a ele, estou preocupada com isso. se for  
633 mensal, você vai dá condição de cobrar ele assim. Relatório, até o final de três meses,  
634 eu só quero questionar em questão de tempo. JUANITA – a sua proposta está mantida  
635 nós vamos respeita-la. Eu só queria dá mais um esclarecimento a este plenário.  
636 Quando é apresentamos essa proposta, não existe dilatação de prazo. O prazo da  
637 resolução é 31/12/2013, o que estamos propondo é uma forma de trabalhar  
638 condizente com as realidades destes conselheiros e com a experiência pratica nossa.  
639 Com relação ao monitoramento, mas não temos nenhum problema. Conselheiro  
640 Fernando. FERNANDO – bom dia a todos e todas. Eu vejo o seguinte o Márcio  
641 colocou uma questão que muito me chamou a atenção, eu não vi aqui uma forma, pré  
642 estabelecida da comissão acompanhar este relatório. Independente desse relatório ser  
643 mensal ou trimestral, o que eu penso é que se tem que definir a metodologia, a  
644 comissão se reunirá em dias prévios ás comissões prévio á plenária? Sentará,  
645 discutirá, tudo que está previsto. Provavelmente fará uma visita in loco, então temos  
646 que definir isso. ai uma pergunta à comissão, sobre a viabilidade de se fazer essa  
647 reunião tanto interna para discutir o relatório, depois visita in loco, para monitorar as  
648 ações de fato, para monitorar se elas estão sendo entregues ou não de fato, e ai

649 assim, mais do que eu que não faço parte da comissão, deverá ser os membros dizer  
650 qual a maior viabilidade deles e a capacidade deles de irem e verem a condição. Ai se  
651 é bimestral, semestral, quadrimestral eu não sei como. JUANITA – é por isso que foi  
652 trazida a proposta para inclusive o grupo de monitoramento fazerem suas colocações  
653 em relação a isso. E quando eu iria sugerir no final e já adiantei é que quando  
654 aprovarmos ou não essa metodologia, a secretaria executiva irá trazer uma proposta  
655 de agenda considerando fluxo. É porque igual eu falei será a regra, mas a exceção  
656 poderá acontecer, dependendo da necessidade de algum conselheiro poderá  
657 identificar. E é obvio que a secretaria executiva vai tentar se adequar próximo das  
658 comissões da reunião das comissões para até facilitar o grupo de monitoramento,  
659 considerando a agenda que cada um de nós tem. Volney! VOLNEY – eu gostaria de  
660 saber se você pode adiantar quais são as demandas que o consorcio coloca para o  
661 grupo de monitoramento. Outra pergunta é o seguinte, nós percebemos algumas  
662 ações que não foram desenvolvidas pelo Estado, nós vimos mais de trinta dias e se o  
663 Estado já tomou medidas com relação ao que nós apontamos. JUANITA – com  
664 relação ao oficio de Candonga Volney, chegou agora acabei de ler e já despachei para  
665 o grupo de monitoramento, que agora é quem tem a competência para. Então na cabe  
666 eu fazer este esclarecimento aqui. Já despachei para o grupo de monitoramento  
667 responder. A outra questão é com relação á SEDESE eu também não vou responder  
668 aqui, porque tem que vir no relatório de execução das ações para o grupo de  
669 monitoramento. É o grupo de monitoramento que tem que apresentar para essa  
670 plenária essas situações. OK? (FALAS AO FUNDO) porque inclusive é um problema  
671 da presidente aqui que é técnica demais, na hora que construiu a metodologia já  
672 extraiu do relatório os status enfim. Mas isso aqui nós não vamos apresentar que isso  
673 é grupo de monitoramento que vai fazê-lo. Bom com relação a isso nós temos ainda  
674 duas divergências, a extração das questões que foram ajuizadas e a questão do prazo  
675 mensal. Ai vou levar para votação, porque eu entendo diferente das demais  
676 colocações que foram colocadas aqui do ajuizamento. Então como temos duas  
677 opiniões diferentes vamos ter que levar. Então vou conduzir dessa forma. Com relação  
678 ao método eu entendo que ele foi pré aprovado exceto, sobre as duas questões. Então  
679 com relação a questão de prazo do consorcio Candonga encaminhar os relatórios, eu  
680 pergunto para vocês quem quer continuar a ser mensal, por favor levantem o crachá.  
681 Trimestralmente, então manteve o trimestral. Ok! O meu não sai. Bom! Com relação  
682 ao outro quesito de extrair das ações do plano de ação, questões que foram ajuizadas,  
683 extrair do monitoramento desse CEAS, então quem vota da questão da proposta  
684 aprovada é levante o crachá, ou se não a extração a manutenção da questão ajuizada

685 no relatório. Então primeiro, então vou esclarecer, quem vai votar na proposta igual  
686 veio, mantendo a extraíndo as ações que foram ajuizadas, por favor, a proposta que  
687 foi apresentada ai. Extrair do monitoramento as ações que foram para juiz, que é a  
688 proposta que está apresentada ai, quem votará a favor dessa proposta, por favor,  
689 levante o crachá. Bom então já ganhou não vou pedir para levantar. Então extrai a  
690 ação OK! Mantém as ações ajuizadas no monitoramento do grupo de monitoramento.  
691 Bom! Então está aprovado a proposta o método de monitoramento do plano de ação,  
692 vou pedir à secretaria executiva, que em cima do método aprovado faça uma proposta  
693 de calendário de fluxo, para ver se o grupo de monitoramento se atende. JUANITA -  
694 Da mesa diretoria que me ative para fazer a metodologia, então assim a qualquer  
695 momento que o grupo de monitoramento entender que é necessário chamar o  
696 consórcio para uma reunião ou fazer uma visita. Ele tem completa autonomia para  
697 fazer a agenda. Bom! Nós temos coro agora Consolação? Temos 13? Bom! Quem  
698 está na comissão de orçamento é a Cristiane, né. Bom! Considerando que a  
699 conselheira Andréia está de férias, vou pedir que a conselheira Cristiane para  
700 apresentar a prestação de contas do primeiro trimestre com o indicativo 2013. (falas  
701 ao fundo). INTERLOCUTOR - Como a súmula da comissão tem alguns indicativos  
702 para a SEDESE acho que é importante que seja passado aqui e a seja aprovado,  
703 porque tem alguns encaminhamentos e alguns pedidos e apreciações. (falas ao  
704 fundo). CRISTIANE – muito bem conselheiros e conselheiras. Em função da ausência  
705 da presidente da comissão Andrea Medrado, em função de férias. É a pedido do grupo  
706 eu assumi a condução. E só rememorando, o relatório da prestação de contas do  
707 primeiro trimestre de 2013 foi encaminhado por e-mail aos conselheiros no dia 06 de  
708 maio pedindo solicitação de esclarecimentos e duvidas caso houvesse, entretanto não  
709 houve nenhuma solicitação de esclarecimentos. Ontem aqui com todas as comissões,  
710 houve a apresentação por parte da Isabela, apresentou a todos os conselheiros a  
711 prestação de contas do primeiro trimestre, ai podemos pegar por ação e por  
712 encaminhamento, não é essa proposição Fernando. Então a primeira ação que é a  
713 qualificação de recursos humanos para gestão do SUAS foi apresentando então o  
714 valor de execução, a descrição das ações e a justificativa e o encaminhamento  
715 proposto para o grupo ontem, foi oficiar a SUBA-SEDESE oficio solicitando  
716 apresentação nas próximas prestações de contas de mais informações sobre  
717 encaminhamentos, do Capacita-SUAS. JUANITA – eu me coloco à disposição para dá  
718 os esclarecimentos, mas se quiser formal? Ok! CRISTIANE – nós pautamos para as  
719 próximas, na ação 2 operacionalização de conselho estadual de assitencia social.  
720 Ação 2, também foi apresentada o valor de execução do trimestre não houve nenhum

721 encaminhamento em relação a essa ação. Na ação 3 co-financiamento de serviços e  
722 benefícios para municípios na execução da proteção social básica também foi  
723 apresentado o percentual de execução, acumulado de 2% no trimestre. Ai a  
724 justificativa foi apresentado para o grupo em relação a essa execução e os  
725 encaminhamentos colocados são. Para a SEDESE, ofício solicitando planejamento  
726 das ações previstas para regularização de repasse de recursos aos municípios em  
727 2013, e para pagamento de recursos se inicie para janeiro de 2014. Esse  
728 planejamento deve ser um cronograma que será encaminhado pelo CEAS MG. Nota  
729 esse encaminhamento engloba todos os repasses de recursos que se iniciaram no  
730 mês de março. Só um esclarecimento para a presidente. O que foi colocado ontem,  
731 nós observamos novamente a dificuldade de se iniciar o repasse de recurso no  
732 primeiro trimestre e isso é recorrente. E como nós discutimos o ano passado diante  
733 das dificuldades que houve de repasse de recursos, nós estamos esperando uma  
734 ação de regularização para que o repasse não demore tanto para os municípios, ok!  
735 Você quer que leiam os outros? Então! Dentro ainda dessa ação, letra B para a  
736 comissão de apoio e aos conselhos municipais. Informar para essa comissão os  
737 municípios que estão com pendências descritos no relatório de prestação de contas  
738 para acompanhamento e questões apresentadas. E para a comissão de orçamento,  
739 inclusão de pauta no mês de setembro de 2013 inclusão do orçamento mencionada  
740 acima que é o item A e essa avaliação não substitui o item A. JUANITA - com relação  
741 à solicitação do CEAS para início do repasse ao município em janeiro eu já adianto da  
742 impossibilidade considerando que em janeiro nós não temos ainda liberação de cotas,  
743 considerando que isso só acontece no final de janeiro e início de fevereiro. Então isso  
744 é uma situação e da impossibilidade. Quanto à outra questão de atraso para município  
745 do primeiro trimestre, eu concordo plenamente e isso foi um esforço é quase do útero  
746 que eu fiz no início do ano quando eu entrei, pois isso é uma coisa que me incomoda  
747 muito. Nós temos problemas operacionais da empresa de processamento de dados da  
748 SEDESE, houve esse atraso, eu gostaria de falar aqui e já assume o compromisso e  
749 esse ano os planos de serviços serão liberados no dia 3 de janeiro. Isso já foi um  
750 acordo que eu fiz com a PRODEMGE e a Secretaria de Governo, considerando que  
751 inadmissível eles liberarem pra gente esse instrumento em março, mas ai eu já  
752 justifico que não é só a culpa dele. Na época a gestora que me antecedeu fez uma  
753 solicitação à PRODEMGE extemporânea de uma alteração no fluxo do sistema. Com  
754 isso a PRODEMGE demorou um prazo que já tinha falado para a SEDESE que já  
755 havia falado que seria necessário. Então a PRODEMGE não mais o que ela fez foi  
756 cumprir um acordo que tinha sido acordado com a gestora anterior. Como vocês se

757 recordam eu assumi esse conselho, a SEDESE no dia 28 de Dezembro. Então isso ai  
758 essa questão de liberar o plano de serviço eu me comprometo e espero conseguir a  
759 liberação dele no dia 03 de março. Inclusive de janeiro Desculpe, já conversei com a  
760 diretora Cláudia Falabela. Então Marcelo! O Marcelo está sugerindo liberar em  
761 dezembro. Foi a minha proposta para a PRODEMGE. O sistema não consegue fazer  
762 isso porque ele está com o instrumento em vigência até o dia 31 de dezembro. O  
763 sistema não libera um plano de serviço novo, considerando que um plano de serviço  
764 está em vigência. Entretanto ele vai rodar todos os planos de serviço, migrar as  
765 informações e no dia 3 de janeiro estará liberado para os municípios, foi um acordo  
766 que nós fizemos. Né Claudia Falabela! Entretanto é a parte que a SEDESE tem  
767 governabilidade para fazer para agilizar, que não é só esse problema que acontece  
768 pelo repasse. Nós estamos nesse momento no dia 29 de março para pagamento para  
769 389 municípios só. Mesmo ele tendo sido liberado nessa data nós só conseguimos  
770 fazer esse repasse considerando o encaminhamento do plano de serviço do município  
771 e validamento pelo conselho. Pode ser que nós não conseguimos repassar os  
772 recursos em fevereiro por conta dessa tramitação. Mas o que compete á SEDESE  
773 para disponibilizar o instrumento isso será feito e eu me comprometo a essa conselho.  
774 Com relação ao planejamento do CAPACITA SUAS, eu já vou colocar aqui também  
775 que o MDS ele pensou em uma proposta de capacitação do sistema único de  
776 assistência social, sem entender as particularidades de cada estado. Eu nas três  
777 reuniões da CIT que eu fui eu estive assim, discussões calorosas na CIT em relação à  
778 isso, porque eles pensaram em um modelo de gestão dessa capacitação que nenhum  
779 dos estados ainda conseguiu tirar do papel, desde o ano passado. Eu não tenho  
780 dentro das dez universidades credenciadas pelo MDS nenhuma que me apresentou a  
781 proposta ainda. Uma que teria o interesse de apresentar, que foi a UNIMONTES,  
782 inclusive ontem eles estavam na secretaria de estado de saúde, porque vai ser feito  
783 uma parceria entre a saúde e a UNIMONTES e eu fui procurar a Rosana pelo amor de  
784 Deus, manda a proposta para a SEDESE que eu tenho que executar isso ainda este  
785 ano. Ela me falou claramente. JUANITA, a UNIMONTES teve a experiência terrível  
786 com o MDS na época da capacitação de conselho, nós quase falimos na época, nós  
787 quase tivemos que pegar dinheiro emprestado. Então assumimos na época de não  
788 prestar este tipo de serviço e mesmo assim ela foi qualificada. Eu estou correndo o  
789 risco inclusive de não credenciar só essas 10 universidades e abrir para todas do  
790 estado inteiro, mas uma universidade lá do Pará, do Maranhão para prestar o serviço  
791 aqui. Então todos os 27 Estados ainda não conseguiram tirar o CAPACITASUAS do  
792 papel. Com isso eu tenho um dinheiro que foi depositado o ano passado. Ele veio aqui

793 para reprogramar porque eu tenho que gastar ele, então esse embrolho ainda está na  
794 CIT. Então inclusive na última reunião da CIT a CIT veio com a proposta de expandir o  
795 capacita e não foi aprovado porque nem esse saiu do papel. Isso realmente é uma  
796 dificuldade considerando as questões das empresas capacitadoras. Inclusive nós  
797 fizemos uma proposta de reunião com as 10 em uma reunião aqui e nenhuma nós  
798 atendeu como pedido de vir e que nós tínhamos agendado para maio. Então isso não  
799 é um problema não, pode ir o ofício que eu coloco isso no papel. A outra questão é  
800 qual é a questão Cristiane? Me lembra! A questão dos municípios na verdade não são  
801 pendências eu na me lembro como foi a justificativa do primeiro trimestre. Na verdade  
802 o CAGEC é porque o prefeito novo que entrou ainda não foi ao CAGEC para trocar os  
803 dados, enquanto não troca os dados não consegue gerar o plano de serviço. O  
804 sistema é redondo e não conseguimos, está com problema em dois? Três! Há entendi  
805 então não é com relação a repasse de recursos não? Então ok Cris. CRISTIANE – Só  
806 colocando JUANITA, ontem Isabela apresentou esses esclarecimentos também para  
807 as comissões que estavam reunidas, mesmo assim achamos por bem formalizar para  
808 que posamos ajudar no acompanhamento e aí nesse aspecto da regularização do  
809 repasse de recursos ao município temos clareza na dificuldade do plano de serviço,  
810 nós entendemos e temos clareza do que será feito para a cooperação técnica nos  
811 municípios com essas situações de irregularidades. Sabemos que a SEDESE está  
812 fazendo, além da regularização do sistema como você mesmo disse, quais são as  
813 ações de apoio e cooperação técnica para os municípios para a regularização de  
814 ações e apoio técnico que estão sendo apresentadas ok? Então mais alguma questão  
815 dos conselheiros? Marcelo? MARCELO – JUANITA, nós entendemos que o plano de  
816 serviço ele é fundamental para que as ações sejam continuadas. Mas não se pensou  
817 ainda em algo, acredito que você tem buscado isso., mas eu fico pensando assim.  
818 Esses meses que o município ficam sem receber esses recursos, chega um dois e três  
819 meses, é um problema tremendo, eu sei disso, porque já fui gestor. O município que  
820 não tem recursos para manter o serviço e necessita única e exclusivamente do  
821 recursos que chega para ele. E Anália até ontem falou um pouco sobre isso, ocorre o  
822 risco de paralisar um serviço, porque o recurso não tem para pagar o trabalhador,  
823 também nós discutimos sobre a rede privada. Dos problemas que a rede privada tem  
824 de receber os recursos. O problema que a rede privada tem em pagar o salário ele  
825 tem que está lá no final do mês, tanto da entidade, quanto do poder público. Essa  
826 demora de repasse, causa um prejuízo tremendo, falou-se de entidades que estão  
827 tendo de fechar as portas que não estão tendo condições diante das dificuldades. Não  
828 sei, acho que o Estado deveria pensar em alguma forma de neste período de transição

829 de um exercício para o outro de que o repasse fosse feito e as adequações fossem  
830 feitas de um ano para o outro. Eu até citei um exemplo de municípios que utilizam uma  
831 forma para poder o recursos sair do próprio exercício fiscal. ANALIA - Só  
832 complementando caímos novamente no repasse regular e automático, sem caindo  
833 nessa questão. Estamos praticamente repetindo o ano passado com os atrasos. Nós  
834 conversamos essa questão do repasse regular e automático e não conseguimos essa  
835 questão regularizar isso. É uma meta que precisa ser atingida. JUANITA – bom! Vou  
836 dá os esclarecimentos. Com relação ao repasse regular e automático, ai Anália a partir  
837 do momento que eu sento nessa cadeira eu assumo todos os ônus que aconteceram  
838 nos anos anteriores. Eu agora sou SEDESE e eu tenho que responder por eles.  
839 Entretanto ao repasse regular e automático ele tem que acontecer. Mas eu como  
840 ordenadora de despesa eu não posso e não vou pagar um município, um serviço sem  
841 a validação do gestor e sem a deliberação do conselho. E porque não vou fazer e não  
842 posso. Porque, inclusive quem estava na Assembléia na segunda feira e eu peguei a  
843 prestação de contas do município, referente ao ano de 2012 do piso que foi 214  
844 municípios e que chegamos ao universo de média de gasto do município de 32% do  
845 transferido eu fique muito preocupada. É obvio que tem municípios que executam na  
846 totalidade e outros zero que contraria inclusive a legislação. Porque se formos fazer o  
847 corte da análise legal para provar ou não a prestação de contas iríamos glosar n  
848 prestações de contas, porque a prestação de contas o fundo fala é igual ou superior à  
849 70% e ai eu tenho a grande maioria com execução inferior a 40% então com isso a  
850 SEDESE está trabalhando estratégias para aprimorar a gestão financeira do  
851 município, que é inclusive, quem estava no debate, viu o que está sendo feito e vai  
852 continuar sendo feito nesse sentido. É claro que não se coloca todos os municípios no  
853 bolo, mas tem que ser tomada uma decisão que será tomada para o Estado inteiro.  
854 Qual é a diferença do repasse do Estado para o repasse do governo federal. O plano  
855 de serviço é flexível, eu não financio o mesmo serviço para o município todos os anos  
856 igual ao plano de ação. O plano de ação já aparece para o município com a meta  
857 fechada, não sei se estou. Não é verdade Anália? O plano de serviço não! ele vai em  
858 branco para o gestor preencher e o conselho aprovar qual o serviço que ele vai  
859 executar com o recurso. Então se um ano ele colocou PAIF e ano que vem medida  
860 socioeducativa, a lógica do monitoramento e do repasse é diferenciada. Então não  
861 consigo fazer isso enquanto ele não volta da SEDESE aprovado e pelo conselho  
862 municipal, ai estão assumindo comigo a co-responsabilidade sobre aquela questão. A  
863 outra questão do município ficar desvalido de recursos Marcelo! Nós temos que  
864 lembrar que falamos de uma política que é co-financiada. Se o município conta com os



865 três financiamentos. É obvio que o município se tem uma questão eficiente, vai fazer  
866 um repasse inclusive anual, inclusive com repasse para a entidade. O que  
867 trabalhamos para minimizar essa situação, porque resolver, a não ser que o sistema  
868 do estado avance para isso, porque é antecipar o piso que é a primeira coisa que foi  
869 feita quando cheguei e, entretanto, existia uma acordo entre a SEDESE e a prodemge  
870 sobre esse fluxo que tinha que ser mantido. Então antecipar para a SEDESE no dia 3  
871 de janeiro e o que vamos fazer com o município neste ano pára que não haja perda  
872 dos municípios é trabalhar com eles para que não haja perda nesse sentido. O plano  
873 de serviço era disponibilizado no dia 3 de janeiro na primeira reunião o conselho já  
874 apresenta a proposta para deliberação, porque tão imediato chega na SEDESE a  
875 liberação da cota já está disponibilizada e a partir de fevereiro eu autorizei o repasse  
876 inclusive da parcela de janeiro que não foi creditada a tempo, então são as minhas  
877 justificativas. MARCELO – JUANITA, concordo com suas falas mas gostaria de fazer  
878 uma reflexão. O plano de serviço é para o exercício fiscal, então a prestação de contas  
879 daquele exercício fiscal se dá no outro ano, então este no meu ponto de vista seria o  
880 momento do não repasse do recurso. Eu fico pensando assim. O fato do plano. O  
881 plano de serviço não poderia ser um obstáculo para o repasse de recursos e sim a  
882 prestação de contas da não execução. Essa é uma reflexão que eu trago, porque se o  
883 gestor ele tem um exercício fiscal para fazer sua execução de todos os serviços ai eu  
884 não falo só da assistência falo de outras ele tem que ter um período para executar o  
885 serviço, ai na prestação de contas sim, bloqueia-se o recursos até que preste as  
886 devidas contas. É uma reflexão. ANÁLIA – to complementando mesmo com o Marcelo,  
887 que está alinhado à nossa fala (está tudo combinado) o plano de serviço, os  
888 municípios preenchem, mas nós demonstramos nó demonstrativo físico financeiro a  
889 utilização desse recurso. O que eu desacordo é igualar todos os municípios, os  
890 municípios que executam 70% e os que executam 0% na mesma, o repassa para  
891 considerar regular e automático ai ficam todos os municípios juntos, ai temos que usar  
892 critérios. Por exemplo, a entidade conveniada a rede prestadora de serviço,. O que eu  
893 como gestora faço, aquela que não fez a prestação de contas não apresentou os  
894 relatórios, não cumpriu as metas, então sim o conselho segura, não repassa, o  
895 conselho segura isso e eu fico segura em não repassa o recurso para a município.  
896 Agora aquela que cumpriu tudo, a partir de fevereiro está com tudo em conta, porque  
897 realmente a partir de janeiro nenhum município consegue repassar recurso. Em  
898 fevereiro estará com recurso para a execução do serviço. Agora se o estado continua  
899 com essa estratégia de repassar tudo igual, ele está fazendo da mesma forma do  
900 MDS com que os municípios continuem acumulando recursos em conta. Eu acho que

901 temos muita coisa para ajustar. Essa avaliação do gasto. O acompanhamento da  
902 gestão. A JUANITA sabe disso, porque eu fico ligando para ela, falando o município tal  
903 não tem gestor. Então na minha região fico correndo atrás de prefeito para nomear o  
904 gestor. Na CIT tem que exigir que o município mande a portaria com o nome do  
905 gestor para ter seriedade na política e ajustar para não chegar ano que vem com as  
906 mesmas coisas. GERALDO – a primeira situação é a seguinte. Em guerra  
907 normalmente morrem-se muitos inocentes, o que não é bom que os justos paguem  
908 pelos pecadores. Não quero ser redundante na fala da Anália. Nós temos que ter um  
909 tratamento diferenciado para quem cumpre e não jogar no mesmo bojo os falsos  
910 representantes partidários que entram no município e avacalha com toda a situação.  
911 Este é um ano de anomalia e muitas coisas sumiram. CRAS desmanchado, CRES  
912 sumiram coisas então situações sabemos que existiram. Não é que o Estado não  
913 repasse para os municípios, mas estamos em defesa a proteção social, pois estamos  
914 na ponta, como Anália colocou. Outra situação, penso que podemos tirar um  
915 encaminhamento para darmos um indicativo aos conselhos municipais para antecipar  
916 a plenária de janeiro com vistas a fazer com que exista uma aprovação por parte do  
917 colegiado e o município não fique esperando uma decisão por parte do colegiado e o  
918 repasse possa acontecer. Outra situação, é da uma sugestão de mudança de critério  
919 por parte da SEDESE para os municípios justos aqueles que fazem cumprir os pré  
920 requisitos, mas só divergir que 33% não realizou os demais ficarem sem receber, se  
921 não ficaremos fazendo um paralelo com a própria execução orçamentária nossa, pois  
922 embora estejamos em maio, no primeiro trimestre, tem muitos itens não realizados  
923 embora tenha explicação, mas tem muitos itens com 10% de utilização. Então acho  
924 que ele por si só não mede aquilo que temos para repassar. CRISTIANE – bom! Eu  
925 estou entendendo pela fala do Marcelo que está sendo colocado mais uma proposta,  
926 além dos encaminhamentos de ontem, só para ficar claro e concordando com a  
927 proposição. Que é analisar a possibilidade de não analisar o plano de serviço e sim o  
928 relatório de prestação de contas como condição para o repasse de recurso.  
929 Concretamente estou entendendo que é essa sua proposta, então estou entendendo que  
930 é interessante colocar. Ai JUANITA, colocando um pouco da discussão enquanto  
931 grupo, quando falamos a questão do repasse fica o entendimento que as ações são  
932 interligadas e ai quando falamos da dificuldades dos municípios, voltamos para a ação  
933 1 que é a qualificação dos serviços. Então pensamos se estamos com problema na  
934 gestão dos municípios, qual é a efetividade da qualificação que fazemos enquanto  
935 conselho, enquanto SEDESE, pois acabamos percebemos que as qualificações são  
936 acadêmicas e não atende de fato as especificidades do município e percebemos que

937 existe uma demanda de qualificação de apoio técnico de informação que vai além do  
938 que está sendo feito, uma vez que recorre a problemas de gestão dos municípios que  
939 não sabem como gastar os recursos, na fazer o plano de serviço. Estamos sempre  
940 falando da mesma questão. Então reforça a discussão do plano de ação de  
941 assistência social quando não é identificado o diagnóstico da situação do estado na  
942 situação dos municípios. Então mais uma vez nós retornamos. O plano de assistência  
943 social, estou rememorando, antes da sua gestão uma das questões que chamamos a  
944 atenção no plano de assistência social é que não havia um diagnóstico do plano de  
945 gestão do Estado dos municípios. Quais são os principais problemas, o que a  
946 qualificação está de fato contribuindo, então só rememorando porque quando falamos  
947 do problema de repasse e voltamos a falar de problemas de gestão e faz com que  
948 voltamos a questão da qualificação e do apoio técnico que está sendo dado no Estado  
949 aos municípios para resolver essas questões. JUANITA – eu vou falar porque estou  
950 muito incomodada. Acho que aqui podemos ter todas as divergências, mas podemos  
951 ter certeza que estamos no mesmo caminho para efetivar esse sistema. Entretanto  
952 isso é claro e notório, não estou falando inglês, que o problema do SUAS é um  
953 problema de gestão. O SUAS profissionalizou o serviço, mas não profissionalizou a  
954 gestão. E a questão orçamentária e financeira é um problema de gestão. E a gestão  
955 do município ela não é de responsabilidade só do gestor ela é de responsabilidade do  
956 conselho também é co-gestão então se a gestão está fraca, idem o conselho está  
957 fraco. Com isso eu não sei se eu não fiz me entender na fala hora nenhuma a  
958 SEDESE vincula repasse de recurso para prestação de contas, prestação de contas é  
959 uma coisa, demonstrativo é liberado em julho, outra coisa é repasse de piso. Ela  
960 vincula o plano de serviço ao sistema de informação e monitoramento que é o SIM é  
961 outra forma de monitorar o repasse de recursos. Prestação de contas o monitoramento  
962 mensal e regular é outra coisa. Temos que seguir o decreto do estado. Eu só posso  
963 habitar o sim para o serviço quando ele vai lá no sistema e coloca qual o serviço que  
964 ele vai custear com os recursos. Eu não tenho como habilitar os dois demonstrativos,  
965 anterior a validação do município pelo plano de serviço. Hora nenhuma é prejudicado  
966 o município que executou 100% ou aquele que executou 0%, porque se eu fizer isso  
967 eu coloco o SUAS em xeque no Estado, pois se pegar a prestação de contas em 2011  
968 e falar que não vou passar recurso porque não cumpriu a legislação, primeiro eu não  
969 executo o orçamento, não vou melhorar o orçamento do FEAS junto à SEPLAG,  
970 teremos um problema de gestão orçamentária do FEAS, segundo se eu não transfiro  
971 recursos eu não prejudico gestor e sim a população. Então é uma relação de forças  
972 que esse conselho terá que fazer, porque esse conselho também tem uma

973 responsabilidade nisso não é só a gestora. Se ela está ruim no município é porque o  
974 conselho também está fraco, frágil. Agora esse ano eu pergunto aos conselheiros que  
975 estão indo às capacitações se são capacitações acadêmicas? É praticamente pegar  
976 na Mão do participante da capacitação, dando passo a passo, orientando e trazendo  
977 para ele quais as necessidades, qual a pendência o caminho que tem que seguir.  
978 Então a gestão pode até pecar, mas preciso que vocês me falem claramente onde  
979 está o equívoco e o erro. JUANITA! O equívoco está no tele presencial, está nessa  
980 capacitação de gestão orçamentária e financeira, vocês estão trazendo o Fernando  
981 que é muito acadêmico que não dá conta de chegar no município com o contador de lá  
982 e eu entendo que é um problema e já catei as maiores empresas de consultoria  
983 contábil no Estado e estamos fazendo uma capacitação conjunta 16, 17 e 18 de junho  
984 com essas empresas. JMS e outras que tem por aí, uma capacitação conjunta, a  
985 Anália fala comigo o prefeito só fala aquilo que o contador deixa. Se o contador falar  
986 que não pode eu não faço. Então estamos buscando essas especificidades, então eu  
987 não consegui ser clara aqui. O repasse de recursos ele não é prejudicado por quem  
988 executou 0 ou 70% vai chegar que eu vou ter que tomar essa decisão, pois vou  
989 responder ao tribunal de contas do estado. Semana passada eu estava com a CGU e  
990 ficamos uma semana e sei que ela vai me questionar sobre isso. ela pediu análise do  
991 demonstrativo e eu dei, entretanto nós estamos repassando recursos de forma regular  
992 e automática tão logo o plano de serviço é aprovado. Mas são questões que nós como  
993 gestores mesmo respondendo por isso, possibilitando pagar multas existentes, mas  
994 ora nenhuma eu não condiciono repasse à prestação de contas. Eu condiciono a  
995 validação do piso porque eu preciso disso para cumprir a legislação de estado no SIM.  
996 Entretanto quando eu cheguei a primeira coisa que eu fiz foi tentar mudar a lógica e  
997 solicitar ao banco do Brasil um monitoramento eficaz para eu chegar na SEGOV e  
998 falar que poderíamos deixar o SIM temporariamente em stand by, porque tenho o  
999 monitoramento do banco do Brasil, pra isso eu abro conta massificada para todos os  
1000 municípios. O banco do Brasil em âmbito nacional até hoje não conseguiu me dá uma  
1001 saída para essa situação. Eles atenderam ao fundo nacional, mas não conseguem  
1002 atender ao fundo estadual. De acordo com eles, teriam que mudar uma regra no  
1003 sistema nacional e isso hoje não é possível. Perguntei qual seria o prazo e disseram  
1004 que não tem. Então não posso abrir Mão do SIM porque a SEPLAG me aperta. A  
1005 SEGOV me aperta para terem os resultados, porque o governo trabalha com  
1006 resultado. Então isso é para justificar para vocês do que é realizado que não pode ser  
1007 o melhor dos mundos, mas o que é possível. E eu acho que os municípios entendendo  
1008 da dificuldade, o governo federal conseguiu suprir essa dificuldade, ele não repasse

1009 em janeiro mas repassa em fevereiro. Entretanto, os municípios ficam sem recursos  
1010 em janeiro. Porque os municípios não questionam em ficar sem recursos em janeiro.  
1011 Porque eu penso que eles já se programaram pra ter o dinheiro em janeiro.  
1012 Considerando essa dificuldade do estado o município poderia se planejar para chegar  
1013 até fevereiro sem esses recursos. Mas a Anália vai falar comigo assim, mas é  
1014 perverso você deixou o mês passar cinco parcelas sem pagar, ai eu vou concordar  
1015 com ela que foi um ingerência completa, não falando das pessoas que aqui não estão  
1016 mais para fazer a defesa. Entretanto não sei as justificativas que ela teve, mas que  
1017 deve ter havido justificativa, mas e colocar dentro de tudo e do contra parede que  
1018 estão colocando até para agilizar uma situação que até agora não estou vendo saída  
1019 para o estado fazê-lo é que tenho certeza que nesse atraso ele é uma  
1020 responsabilidade conjunta não sendo só do estado. O estado tem um atraso de  
1021 questão sistêmica que é disponibilizar 3 de janeiro e este conselho ver  
1022 estrategicamente como apoiar o conselho municipal que é o que o conselheiro  
1023 Geraldo fez. Outra questão é que eu não tenho conselheiros no município que entende  
1024 da política da assistência social, então todos os assuntos que estamos falando é de  
1025 gestão. Então eu tenho uma assistente social no CRAS mas ela não toma decisão.  
1026 Isso é um problema de coluna vertebral, que é um problema de gestão, que é o tema  
1027 da conferência. A outra questão que eu quero acertar e quero o apoio de vocês é no  
1028 sentido de se vocês estão no primeiro momento de gestão encontrando dificuldades e  
1029 gargalos na questão da qualificação, eu quero ser apontada de uma forma direta, onde  
1030 está o problema e qual a gestão desse conselho para uma avaliação conjunta e fazer  
1031 mudança e não igual esta sendo falado no macro. Repensar as qualificações da  
1032 SEDESE. Então inclusive eu posso, mas vocês pediram um extrato do capacita SUAS,  
1033 eu como conselheira eu quero ter um extrato do telepresencial. Porque eu como  
1034 conselheiro puxo no sistema quantos conselheiros fazem o telepresencial, eu fico  
1035 muito incomodada, quantos gestores estão no telepresencial, pois é uma realidade  
1036 que acontece desde 2008 e não conseguimos mudar esse quadro. Conselheiro  
1037 Fernando desculpe o desabafo, mas estamos no esforço medonho de acertar e quero  
1038 contar com o conselho para acertar, mas tenho possibilidades administrativas para  
1039 fazer o acerto. FERNANDO – bom! Eu também estava aflito na hora que estava  
1040 escutando toda a conversa, porque de fato o que estamos vendo é que não existe  
1041 trava nenhuma para repasse de recursos. Então Anália, quando você diz que o Estado  
1042 tem que tratar de forma diferente os municípios, ele trata, tanto é que o que já fez o  
1043 plano de serviço já foi efetivado já foi pago. 200, 300 quando chegarmos na ação de  
1044 piso mineiro, veremos. Então se o município executou e já o fez a partir do plano de

1045 serviço dele já recebeu. Então temos que trabalhar na capacitação e na gestão de  
1046 forma efetiva na ponta. Quando fala de antecipar de problemas de sistema, que o  
1047 João Ademar tem raiva. O SIGCOM é do governo, não vejo o que falar de alteração.  
1048 Então assim todos os convênios todos os planos de serviço é feito no SIGCOM tudo é  
1049 feito na forma pela própria SEDESE, então todos os outros convênios, tudo é feito no  
1050 SIGCOM se o SIGCOM está construído dessa forma, e se falar em alteração é algo  
1051 extremamente complicado, vejo como pessimismo qualquer tipo de alteração. Então  
1052 eu vejo que se consegue é um esforço da SEDESE que a JUANITA já se  
1053 compromissou com o conselho e a efetivação do processo no dia 3 de janeiro e a  
1054 efetivação do pagamento em fevereiro, assim eu acho que fazer gestão do município  
1055 será o que conseguimos fazer de melhor e com planejamento fazendo o co-  
1056 financiamento da parte dele, em janeiro o Estado e o governo federal repassando em  
1057 fevereiro é correto. Quando se fala em repasse regular e automático, outra coisa que  
1058 eu penso, não há que se em pagamento fora do plano de serviço. O plano de serviço é  
1059 um instrumento que se usa para pagar. Como pagar uma ação fora de um convênio,  
1060 de um plano de serviço, você está caindo no ato de ilegalidade que se eu fosse a  
1061 JUANITA jamais assinaria como ordenadora de despesa. Tem que ter um instrumento.  
1062 Como vai passar um recurso sem instrumento legal validado, tanto pelo município  
1063 quanto pelo conselho. Não vejo como se falar em repasse sem plano de serviço, sem  
1064 convenio. É impossível fazer. MARCELO – em momento algum a intenção nossa é  
1065 deixá-la incomodada enquanto subsecretaria, mesmo porque entendemos a  
1066 excelência do seu trabalho. Sabemos da forma como se busca par resolver os  
1067 problemas. Acredito que os conselheiros assinam o que eu falo. Mas trazemos como  
1068 contribuição do controle social na busca de melhoria. Quando no caso específico da  
1069 minha fala, quando trago uma proposta, sabendo que o plano não é vinculado a  
1070 elaboração de proposta. Sabemos que o plano de ação do Estado é em julho, não é  
1071 isso? demonstrativo é em julho, do ministério é em Dezembro? Porque o nosso  
1072 demonstrativo não pode ser em dezembro? Porque o plano de serviço tem que ser  
1073 obstáculo, em cima da fala do conselheiro Fernando, ele não é trava, mas é. Na  
1074 medida em que não é apresentado o plano de serviço, não é liberado o recurso. Não  
1075 quero que haja vinculação plano de serviço com demonstrativo de prestação de contas  
1076 no final. Mas se o município não apresenta o plano de serviço ele não recebe recurso  
1077 não é? A pergunta que eu faço é se nós estamos no exercício fiscal este plano de  
1078 serviço não pode ser anual. Mas se tem que fazer mês a mês para travar. (falas ao  
1079 fundo). Estou pensando, e não ficou claro pra mim. So para fechar minha conselheira  
1080 e estamos aqui para contribuir e no crescimento do sistema e do trabalho que você

1081 faz. JUANITA – vou tentar ser breve e esclarecer. Eu tenho certeza que o conselho é  
1082 forte e identifica as dificuldades mesmo. No âmbito do recurso do FEAS de recurso  
1083 para serviço, existe um instrumento anual que norte o repasse que é o plano de  
1084 serviço. É um instrumento de planejamento onde tem ali os serviços que poderão ser  
1085 financiados, meta física e financeira com parecer do gestor e do conselho. Esse  
1086 instrumento é no SIGCOM no sistema corporativo do governo. Quem tem a senha e  
1087 login é o gestor e o presidente do conselho municipal. O que se conseguiu avançar é  
1088 disponibilizar o plano de serviço no dia 3 de janeiro, não vai mais disponibilizar em  
1089 março, para a PRODEMGE não mexer em mais nada para não dá mais trabalho. Não  
1090 conseguimos dela disponibilizar em dezembro, não consegui da SEGOV que alegou  
1091 que eu tenho um instrumento jurídico vigente eu não posso instruir o mesmo  
1092 instrumento jurídico com o mesmo objeto co-financiar os serviços e benefícios com o  
1093 mesmo instrumento. Foi o parecer jurídico que temos da SEGOV, conseguimos  
1094 avançar para 3 de janeiro. Plano de serviço é instrumento de planejamento para  
1095 repasse de recursos do FEAS. A outra coisa que eu tenho é o demonstrativo físico-  
1096 financeiro que e á prestação de serviços dos recursos transferidos através de piso  
1097 para o município que é feito no outro ano, geralmente em julho. Nada interfere se for  
1098 em janeiro ou dezembro. Nada interfere se for repasse de recursos. A prestação de  
1099 contas do demonstrativo esse ano ela vai ser incorporada no SIGCOM. Então já vai  
1100 ser na mesma lógica de plano de serviço. Antes era solta no site da SEDESE o  
1101 tribunal de contas do estado notificou que era uma fragilidade e pediu para inserir no  
1102 SIGCOM. Nesse momento a PRODEMGE está migrando para o SIGCOM. Então o  
1103 que condiciona o planejamento do repasse é a prestação de contas. A outra coisa é o  
1104 sistema de gestão e monitoramento que a vigilância socioassistencial que a SEDESE  
1105 faz mensalmente e não é condição de repasse. O que eu preciso de inserir no SIM no  
1106 início do repasse, mas que não deixa de ser repassado e por exemplo a grande  
1107 maioria estão sem alimentar o SIM e estão recebendo. Isso é uma dificuldade no  
1108 âmbito do SUAS de monitoramento. Mas não posso abrir conta disso, porque é uma  
1109 exigência da SEPLAG e do TCE. Pois ele fala estamos repassando regular e  
1110 automático, onde o município está falando, porque a prestação de contas é auto  
1111 declaratória, onde o município está falando que está gastando esses recursos se ele  
1112 bate com o plano de serviço e quantas famílias estão sendo acompanhadas e bate  
1113 com esse recursos que é o SIM. O SIM é que esse conselho tem acesso ao sistema  
1114 de monitoramento para ver a fotografia do estado, ele mostra que a Anália gasta o  
1115 recurso no PAIF e ela atendeu 10 famílias e está acompanhando 40. Então com o SIM  
1116 eu consigo, mais um dos instrumentos que eu consigo identificar na vigilância para

1117 apoiar município responder à SEPLAG, mas ele não é condição de repasse de  
1118 recursos. Qual é a vinculação de repasse de recursos com monitoramento mensal.  
1119 Porque se a Anália falar comigo que nesse ano o repasse do piso vai financiar o PAIF  
1120 a Sirlene lá na divisão tem que colocar o SIM pra ela financiando o PAIF entendeu?  
1121 Porque ela vai informar todos os serviços que se executa. Mas tem pergunta  
1122 específica lá. Com recursos você financia quais os serviços, quantas pessoas são  
1123 servidas e acompanhadas. Eu preciso repassar essa informação para a SEPLAG  
1124 Marcelo! Eles me exigem. Mensalmente na reunião que o Fernando fazia conosco e  
1125 agora é com outra colega que irá fazer, eles liberam os recursos e eu dou ele as  
1126 informações. É o modelo do estado de monitorar, inclusive esse indicador ta no acordo  
1127 de resultado da SEDESE, se não cumprimos ele nós não conseguimos os pontos  
1128 necessários para o cumprimento do acordo para os servidores estaduais da SEDESE.  
1129 Então o governo ele atrela o sistema na metodologia dele de acompanhamento, o que  
1130 eu entendo que é positiva. O que temos que avançar no âmbito do sistema é a gesta  
1131 do sistema para fluir da melhor forma possível. (Falas ao fundo) não bloqueia  
1132 infelizmente nesse momento vai direto. E na NOB 2012 no capítulo do  
1133 acompanhamento, fala que em caso de denuncia e irregularidade do município, até  
1134 que o problema seja resolvido. Se eu fizer a suspensão do recurso até a resolução  
1135 desse problema que ele é um problema de espinha dorsal, que é de gestão, a  
1136 comunidade ficará prejudicada. É no momento a posição *sine qua non* do estado. Tem  
1137 mais alguém? ANÁLIA – é o que falta incomoda e o que me é em excesso incomoda,  
1138 quando pensamos em usuário na ponta e imaginamos que tem 300 ou 400 que não  
1139 preencheram o SIM, ou seja, não estão demonstrando que a população não estão  
1140 sendo atendida, e se o dinheiro está em conta. Penso que a forma quanto estado.  
1141 Temos de fazer com que a política chegue até o usuário, é utilizando sim para não  
1142 repassar. A gestão só vai melhorar quando perceber que tem sanções. Tem muito  
1143 município com o dinheiro do ano passado todo em conta e você pergunta o que foi  
1144 feito nada! Então temos que pensar nisso, se não vamos aprimorar a gestão. JUANITA  
1145 – a legislação do SIM já garante isso. se o município não demonstrar o SIM eu não  
1146 repasso recursos. Então dentro da Lei, da legislação no âmbito do sistema único do  
1147 Estado, mas o meu medo Anália é comprometer o SUAS no Estado, porque se eu  
1148 colocar o SIM dos quatro primeiros meses, vocês vão concordar comigo que vamos  
1149 colocar o SUAS em xeque. ANÁLIA – só para lembrar do serviço de convivência e  
1150 fortalecimento de vínculo, o que o MDS propôs então, em junho ele vai repassar  
1151 antecipado três meses. Quando nós demonstramos nossos serviços de fortalecimento  
1152 e vínculo ai sim ele vai ajustar o repasse. Então como é sistema é Estado também



1153 como ele consegue fazer esse repasse antecipado. Porque no tempo da LDA  
1154 recebíamos recursos, depois de demonstrar, era sempre depois, agora já existe a  
1155 possibilidade de ser co-financiado para receber o recurso. Gostaria que você  
1156 respondesse isso. GERALDO – a situação que eu penso que gera um tumulto muito  
1157 grande é a questão do SIM, não sei se outros Estados tem, mas nós temos e é muito  
1158 bom. Outra situação que gostaria de colocar mais é só para sugestão e  
1159 encaminhamento. Todos já conhecem minha posição, e penso eu é uma sugestão de  
1160 encaminhamento agora, não só no telepresencial, mas em todas as capacitações que  
1161 vamos fazer, independente que é específica de um determinado tema. Penso que  
1162 devemos levar essa temática do plano de serviço, essa temática relativa ao SIM e a  
1163 temática do dinheiro está no município que tenha independência desse processo do  
1164 município. Eu abro qualquer tipo de capacitação de conselheiro dessa forma, ai evita  
1165 odesgastes que temos aqui, porque tem sido em favor dos municípios. Esse conselho  
1166 tem debruçado em favor dos municípios. Então não faz sentido nós termos esses  
1167 desgastes se não cobrarmos um retorno desses educandos que eu diria,  
1168 principalmente o gestor, quando esse não se compromete e não estão pré-dispostos  
1169 que é o mínimo como pré requisito para ter o dinheiro lá dentro tanto para o  
1170 telepresencial quanto para as capacitações de forma genérica. JUANITA – ai eu tenho  
1171 que encaminhar essa questão que o Geraldo está falando é importantíssima, mas não  
1172 só os conselheiros do telepresencial podem dá o de acordo na minha fala que tem  
1173 uma parte que todo o inicio apresentamos os informes, o que está acontecendo. O  
1174 prazo qual o município está devendo. É claro que não divulgamos na tela, mas é  
1175 informação específica do pólo onde o município está. Porque isso temos mapeado,  
1176 porque essa é uma questão interessante e podemos utilizar a partir de agora nas  
1177 demais capacitações. Uma outra situação acho que vamos ter um momento impar da  
1178 conferencia estadual inclusive para apoio desse conselho, porque a conferencia é do  
1179 conselho, para apoiar os municípios. Pois inclusive na hora da comissão da  
1180 conferencia pensar nas oficinas, pensar em uma oficina mais pratica que os  
1181 conselheiros entendem que é a resolubilidade dessa situação. A outra questão, Anália,  
1182 que está achando bom, eu acho que para o sistema foi uma perda enorme, essa nova  
1183 modalidade do MDS de repasse de recurso, condicionar o repasse à condição. Acho  
1184 que avançamos no SUAS da capacidade do município de capacidade instalada e o  
1185 município de acordo com a necessidade repassar. O que o MDS está virando o jogo  
1186 agora é repassar de acordo com o atendimento. Ou seja, vai repassar um percentual  
1187 variável se o município repassar ou não, que está indo para a lógica da saúde, que eu  
1188 acho uma perda enorme. Eu tentei fazer essa defesa na CIT foi só eu e a Tânia Garibe

1189 que fomos voto vencido. Eu acho inclusive com relação ao estado não há problema,  
1190 tomar a decisão de fazer o repasse de três parcelas, o que não concordo é fazer a de  
1191 acordo com a execução. Tem que trabalhar com relação à gestão, porque o problema  
1192 é a gestão. Essa questão é de gerencia. Só uma observação com relação à  
1193 metodologia do repasse do governo federal. MARCELO – quero concordar com essa  
1194 fala sua de execução de serviços que o Ministério, eu lembro quando estávamos na  
1195 CIT e no CNAS o avanço do repasse sair da lógica da meta física do cumprimento de  
1196 meta e repasse baseado nisso, para nós foi um avanço e agora sentimos o retrocesso  
1197 e morro de medo de ser algo puro. De qualquer forma eu quero fraternalmente de  
1198 lembrar que o COGEMAS vem no modelo, aí peço permissão à Anália, que vem no  
1199 modelo que tem que mudar, não dá mais que reunião de CONGEMAS seja  
1200 amparadas em reuniões de alguém de fora que vem ou alguém daqui que faça. Penso  
1201 que a metodologia do sistema único ele exige tanto do gestor, que a forma como eu  
1202 penso que a gestão seja trabalhada, o COGEMAS tem que dá conta, porque se  
1203 defendendo aqui que o problema do SUAS é a gestão eu penso que a gestão tem que  
1204 arrumar alguma forma, de aproximar o gestor dos problemas da gestão e buscar a  
1205 solução para isso. Porque simplesmente cortar o recurso porque não executou o  
1206 recurso, do meu ponto de vista é pouco. Enquanto CONGEMAS buscar alguma forma  
1207 de buscar a gestão, de alguma forma. O município sai de longe para ouvir uma  
1208 palestra de não sei quantas horas, isso é uma crítica que eu quero fazer inclusive  
1209 reforçando, porque já fui gestor e já estive lá. Porque é demais! O município ficar no  
1210 retrocesso e temos um instrumento no Estado que é o CONGEMAS que pode muito  
1211 bem fortalecer o sistema único de assistência. JOÃO ADEMAR – só relação ao  
1212 sistema Fernando, como gestor eu concordo que sem sistema não dá para trabalhar,  
1213 agora filosoficamente eu tenho minhas restrições quando se usa o sistema para. Meu  
1214 chefe fala quem mexe no sistema? Altera! A UTI nesse sentido filosoficamente,  
1215 quando a questão das capacitações, as preposições são importantes, do jeito que a  
1216 Cristiane colocou não é só discutir o que se oferta na capacitação, eu faria a pergunta  
1217 da seguinte forma “Você pode arrastar o burro até a água, obrigar a beber não”.  
1218 Ecologicamente isso não é muito bom! Se você oferta a capacitação, primeiro supondo  
1219 que haja interessados. Virem você pode animá-los você pode espetá-los até certo  
1220 ponto. Agora supondo que a pessoa venha e o Marcelo colocou fica 2 ou 3 horas  
1221 agora o que ela fará com isso? me parece que nós não temos como medir isso,  
1222 inclusive sobre o ponto de vista do investimento. Alguém paga essa conta, seja um dia  
1223 de trabalho, seja o custo da viagem, a pessoa que vem participa, o que ela vai fazer  
1224 com isso. você prepara sua aula e cada aluno tira proveito de maior ou menor grau, é

1225 por ai que se tem que pensar. Agora se essa forma é a melhor ela pode ser avaliada.  
1226 Agora também por sua vez como de sua forma, as pessoas prestarem contas em  
1227 nome do que vai. Aqui temos isso, conselheiro prestar contas e relatório, porque é  
1228 prestação de contas e nós também sabemos que tem a troca das pessoas, hoje está  
1229 em uma função, amanhã não. Individualmente as pessoas tem uma trajetória uma  
1230 função, politicamente você é colocado. Então eu vejo que essa questão da  
1231 capacitação porque não chega, porque não melhora, so um parênteses, não melhora  
1232 mas ajuda a pensar, ultimamente para você passar em um concurso, você tem que  
1233 estudar feito como condenado, so que fico pensando dados que os melhores passam,  
1234 mas o serviço que retornar não necessariamente não é o melhor. Porque não depende  
1235 da pessoa, porque haveria uma expectativa que os qualitativamente os melhores  
1236 entram, então o retorno vai ser o melhor. Não sei se isso ajuda a pensar, mas para  
1237 pensar um pouco isso. CRISTIANE – bom interessante quando começamos essas  
1238 reflexões e uma fala vai complementando a outra e vamos esclarecendo as  
1239 metodologias de gestão, o que realmente tem haver. Só fazendo um esclarecimento e  
1240 fazendo um coro à fala do Marcelo, ontem ainda na apresentação da Isabela. Nós  
1241 jamais podemos levar as reflexões e discussões para o lado pessoal, porque se  
1242 fizermos isso não damos conta. Então as discussões são sempre do ponto de vista de  
1243 melhorar. Nós enquanto conselheiros nós temos alguns limites que quando falamos do  
1244 ponto de vista do controle social, nós não falamos do ponto de vista técnico. E eu não  
1245 quero no momento não ter nenhum tipo de constrangimento no conselho, mesmo que  
1246 elas não sejam técnicas e que elas sejam realmente de cobrança de exigir. Eu não sei  
1247 o que deve ser feito e não me cabe responder o que deve ser feito. Me cabe dizer que  
1248 é necessário fazê-lo e que confirmamos na capacidade técnica dessa secretaria e das  
1249 outras para resolver essas questões. Então só esses esclarecimentos para não  
1250 ficarmos com nenhum problema de falarmos. Claro que nunca tem, e agradecer o  
1251 João Ademar que complementou e falou aquilo que eu não consegui. Quando se tem  
1252 a questão da capacitação não é dizer que a capacitação não é acadêmica é refletir  
1253 que os cuidados que temos da capacitação, ai pergunto à secretaria se não é possível  
1254 fazer esse monitoramento. Os municípios que participam das capacitações tem  
1255 melhorado a gestão? Nesses municípios tem capacidade de fazer. A SEDESE tem a  
1256 relação. Isso tem refletido em melhoria da gestão, se não tem o que precisamos. Acho  
1257 que é uma forma de monitoramento. Bom! Dito isso voltamos aos encaminhamentos,  
1258 eu pergunto à plenária, nós estamos no item 3 que está dizendo dois  
1259 encaminhamentos, ofício de informações das ações previstas para repasse de  
1260 recursos aos municípios em 02013 para pagamento de recursos em janeiro de 2014,

1261 esse planejamento deve ser um cronograma a ser acompanhado pelo CEAS, teve o  
1262 encaminhamento do Marcelo de analisar a possibilidade de gerar a prestação de  
1263 contas. Eu preciso saber se ele está retirando essa proposição, mas ainda fica uma  
1264 proposta de oficializar a SEDESE e eu pergunto se essa proposta está mantida, mesmo  
1265 depois dessa discussão. Ta mantida? MARCELO – eu mantenho e em cima da sua  
1266 fala anterior, logo quando a JUANITA deu as explicações para que fique algo  
1267 registrado nesse conselho. CRISTIANE – então não há objeção ao encaminhamento B  
1268 e C. então para a ação 4 co-financiamento aos municípios na execução da proteção  
1269 especial, foram apresentadas todas as justificativas e execução e os  
1270 encaminhamentos foram os seguintes para SUBAS/SEDESE. Solicitar informações  
1271 sobre a parceria entre a SEDESE e o MP no que se refere ao acolhimento institucional  
1272 de crianças e adolescentes. B para comissão de apoio, mantém-se informar à  
1273 comissão os municípios que estão com pendências para acompanhamento e ação  
1274 apresentadas no relatório de prestação de contas. Letra C, para comissão de políticas  
1275 e comissão de normas, avaliar a resolução CEAS 366/11 que aprova as diretrizes para  
1276 organização dos serviços regionalizados de proteção especial. CRISTIANE – uma  
1277 exigência que está sendo feita para os municípios que acolhem crianças e  
1278 adolescentes que estão sendo acolhidas por outros municípios. Essa foi uma  
1279 informação que foi repassada ontem, nós achamos melhor pedir esclarecimentos. Se  
1280 é parceria ou se é TA só recebemos essa informação. E com relação à essa questão  
1281 da resolução sobre os serviços regionalizados, nós lembramos ontem na discussão  
1282 os CRAS, os CREAS regionalizados, nós tivemos uma discussão calorosa sobre  
1283 regionalização e achamos por bem retomar essa discussão principalmente  
1284 considerando que o grupo de trabalho não concluiu sua ação e continuamos aprovando  
1285 recursos para CREAS regionalizados sabendo que há problemas na regionalização.  
1286 JUANITA – eu desconheço a parceria realizada entre a SEDESE e o MP. Com relação  
1287 à resolução CEAS 366 o que a SEDESE está fazendo é cumprir a resolução. A  
1288 resolução já me dá as diretrizes do que eu tenho que fazer, então eu coloco ela em  
1289 prática. O que tem que ser questionado é o que eu estou praticando se está contra a  
1290 resolução. Para ser colocada em prática ela é tão complexa não é simplesmente  
1291 pensar no modelo e agir, todos sabem como é porque foi uma discussão calorosa  
1292 quando da resolução, regionalizar um serviço é complicado, nós tivemos que colocar  
1293 dois empreendedores públicos específicos para pensar nessa situação. Já fizemos  
1294 Workshop, tempestade de idéias, já chamamos o CAU da infância e da juventude para  
1295 pensarmos no fluxo, porque sei que mesmo pensando no piloto eu sei que vão cair em  
1296 cima, pois é um serviço complexo. Então estamos nesse momento de construir a

1297 câmara. O piloto foi o que conseguimos andar com esses parceiros, então vamos  
1298 materializar o piloto. Existe no site da SEDESE um edital de chamamento público de  
1299 entidade para que a SEDESE cumpra vaga dessa entidade. O primeiro piloto é da  
1300 prática. Então a câmara de central de vagas, então só para informação o que estamos  
1301 fazendo logo quando assumi. Agora com os dois empreendedores não estando nem  
1302 vinculado à secretaria e sim ao gabinete. Estão fazendo o desenho do Estado e das  
1303 regiões de assistência, pode ser na regional SEDESE pode ser que não seja, com  
1304 cumprimento da resolução para o município vincular e sediar e isso vai ser  
1305 apresentado na CIT e aprovado no conselho, onde existe regiões de assistência com  
1306 possibilidade de ter o serviço regionalizado ou não, isso é uma ação. Colocamos até  
1307 no acordo de resultado para obter o apoio do governo para retirar isso do papel.  
1308 Conseguimos com a Renata Vilela e mudar a meta de acordo de resultado da  
1309 SEDESE, implantar o piloto este ano e a publicação do Decreto do Governador da  
1310 central de vagas já está pronto, entretanto nos Workshop que está sendo feito com os  
1311 profissionais, identificou que antes de publicar o decreto é preciso falar, onde no  
1312 Estado pode ter um serviço regionalizado. Ai a ficha caiu de mais um problema, pois o  
1313 estado tem que ter noção se será 20, 10 até para avaliar técnica e financeiramente  
1314 como será feito isso. pois estou trabalhando no conforto que ano que vem terá  
1315 servidor para retirar isso do papel. Nesse momento eu concordo com a comissão de  
1316 política com avaliação de reordenamento dos 4 CREAS regionais, pois as propostas  
1317 que chegam ainda são frágeis, por isso ainda não veio. Outra questão é a casa lar.  
1318 Esse conselho foi convidado a participar de uma reunião conjunta com todas as casas  
1319 lares, que aconteceu com a SEDESE em março. Eu preocupadíssima com isso, a  
1320 SEDESE entrega a eles a responsabilidade e não tínhamos nunca conversamos com  
1321 eles sobre isso numa reunião de trabalho. A reunião aconteceu na Assembléia com  
1322 todos os técnicos das APAES onde foi proposto o reordenamento do trabalho. Está no  
1323 momento de encaminhar proposta, fomos nos indicadores do Idcras e estamos  
1324 passando por este problemas. Estou com um problema que a casa lar, APAE de Piumi  
1325 está rompendo o contrato, porque o contrato foi tão perverso, mas JUANITA você está  
1326 entrando agora, estou com vistas a melhorar bastante, mas eu não posso mais ficar  
1327 com o problema que é grande. E eu estou com um problema, eles estão entregando  
1328 os meninos que estão lá. Mas agendar visita na casa lar, não sei o que esse conselho  
1329 vai nesse momento, porque o conselho tem muita importância de está conosco nessa  
1330 reunião conjunta onde órgão gestor e entidade estava pensando este modelo de  
1331 reordenamento, então com isso estamos em outro momento que é aguardar as  
1332 proposta que as casas lares estão encaminhando para a SEDESE e ai trazer para

1333 este conselho para aprovação. CRISTIANE – não há nenhuma objeção aos  
1334 encaminhamentos, você só está prestando esclarecimentos. Só com relação à letra D  
1335 da comissão de política de visita as casas lares eu só queria retomar a discussão que  
1336 na verdade não era visita. Essa discussão surgiu quando avaliamos enquanto  
1337 conselho que nós não estamos cumprindo uma atribuição nossa que é a fiscalização  
1338 dos serviços, convênios que são feitos pelo estado. Nessa perspectiva, quando  
1339 começamos a ver que aprovamos o recurso, que aprovamos todo e não temos  
1340 nenhuma informação. Enquanto conselho é uma avaliação e que não estamos  
1341 cumprindo a atribuição que é de fiscalização. E é nessa perspectiva que a comissão  
1342 de política pensou numa proposta de fiscalização. Então só vamos alterar, com  
1343 concordância dos conselhos e ficar claro é definir a forma e a metodologia de como o  
1344 CEAS vai fiscalizar os serviços e os convênios regionalizados. Só uma outra questão  
1345 que quero lembrar, que foi um incômodo para nós conselheiros, pensar que estamos  
1346 aprovando repasse de recursos para CREAS regionalizados e nós sabemos há  
1347 problemas nesse funcionamento e que ele não é regionalizado na verdade e estamos  
1348 aprovando isso a algum tempo. Então não podemos enquanto controle social deixar  
1349 de manifestar essa situação e sabendo que os encaminhamentos que foram feitos.  
1350 Inclusive houve uma discussão na comissão, serviço regionalizado funciona? É uma  
1351 discussão que vai muito além do papel do conselho. Na prática temos visto isso?  
1352 funciona? Como e isso? Estamos entendendo que aqueles encaminhamentos estão  
1353 OK! Não é isso? INTERLOCUTOR – só clareando que a resolução que trata do  
1354 ordenamento, ela define prazos até dezembro de 2013, então a resolução que define  
1355 nós temos que superar essa questão este ano. Então temos que debruçar em cima  
1356 deste ponto. MARCELO – a reflexão que fizemos é que quando se fala da  
1357 preocupação de nos aprovarmos algo que não está sendo cumprido, como é o caso  
1358 dos municípios que tem regionalizado os serviços, aí eu pergunto é a gestão? Se ficar  
1359 consignado que não há serviço regionalizado, nos temos por obrigação comunicar ao  
1360 MDS e conseqüentemente o bloqueio do município. E o município que tem demanda  
1361 como fica isso? JÚLIO – a minha colocação se refere a reunião às casas lares, de que  
1362 forma foi formalizada esse convite ao conselho? Às vezes foi enviada e passo e não  
1363 vimos. Eu não tive conhecimento dessa reunião. (falas ao fundo). VOLNEY – a minha  
1364 colocação, esse conselho não designou nenhum conselheiro para essa reunião? Eu  
1365 tenho uma memória muito boa. E não me lembro também dessa reunião, eu sou muito  
1366 antenado. CRISTIANE – até o final da plenária a secretaria executiva vai dá um  
1367 retorno sobre essa questão. Foi no mês de abril Isabela está esclarecimento. Ação 5  
1368 co-financiamento do piso mineiro de assistência social a discussão foi a mesma em

1369 relação ao plano de serviços e o encaminhamento colocado foi a disponibilização do  
1370 plano de serviços no ano anterior ao repasse de recursos que já foi esclarecido aqui  
1371 pela JUANITA. Esta retirado? ou é necessário manter o encaminhamento. (falas ao  
1372 fundo). Se os conselheiros estão esclarecidos! Podemos retirar O encaminhamento?  
1373 Algum conselheiro contrário? Ação 6 monitoramento do SUAS não teve nenhuma  
1374 execução e não houve nenhum encaminhamento. Ação 7 IGDE e IGDSUAS foi  
1375 também apresentado os saldos em conta e as execuções e o encaminhamento. Bom  
1376 teve na verdade uma apresentação de reprogramação o IGDE e do IGDSUAS que eu  
1377 imagino que não haja tempo hábil para apresentar agora. E eu gostaria de sugerir que  
1378 fosse após o almoço. Com relação ao relatório de prestação de constas do primeiro  
1379 trimestre de 2013, o indicativo tirado pelo Grupo das comissões foi pela aprovação do  
1380 relatório de prestação de contas com os encaminhamentos já votados. JUANITA – já  
1381 foi devidamente discutido, possa chamar para aprovação? Não? (falas ao fundo).  
1382 Bom! Então pela aprovação da prestação de contas do 1º trimestre de 2013 dos  
1383 recursos do FEAS para aprovação levantem a identidade, aprovado! A questão da  
1384 Consolação a Henedina precisa sair às 14hs e precisa que alguém apresente sua  
1385 relatoria, a suplente dela é a Luzia que não está na plenária, quem poderia apresentar,  
1386 é ela né! Antecipar então! Tem uma outra questão que eu gostaria de antes da  
1387 Henedina fazer a apresentação. Chegou um convite do Ministério do trabalho e  
1388 emprego, superintendência de emprego de Minas, que vai acontecer, primeiro falando  
1389 sobre a 1ª conferencia global que vai acontecer em Brasília, 8,9 e 10 de outubro. E  
1390 que estão acontecendo conferencias regionais, uma delas será na região sudeste que  
1391 será em BH na UNA e estão convidando um representante deste conselho que vai  
1392 acontecer 13, 14 de junho na UNA na Aymores, Lurdes em BH. Eu entendo que é  
1393 importante a participação do conselho e eu gostaria de ver, eu penso que tem que ser  
1394 a comissão de política na minha interpretação e qual conselheiro se habilite ou se  
1395 querem que seja feita na mesa diretora ou na parte da tarde. Alguém se candidata?  
1396 Então a presidente não vai por conta da agenda, terei que ver com a Sônia! Horário  
1397 não foi falado. Volney então? Aprovado! Fazer a comunicação. HENEDINA – boa  
1398 tarde a todos do CNAS. Eu fui pega de surpresa para fazer a relatoria da pequena  
1399 central de hidrelétrica de santa Rita, mas acho que o resultado foi positivo. Nome do  
1400 empreendimento, Pequena Central Hidrelétrica de Santa Rita, nome do empreendedor  
1401 Ney Max Participação e Negócios. Responsável pela elaboração do PAS Barragem  
1402 MLT engenharia de projetos ambientais, município envolvido João Pinheiro. Tipo de  
1403 processo apreciação do PAS barragem com vista à licença de operação. Data do  
1404 recebimento 03/12/2012, data da entrega 29/05/2013. Não teve nenhuma diligencia.

1405 Fundamentação do parecer contexto do PAS Barragem, embasado na análise do PAS  
1406 Barragem considerando que no empreendimento não há família diretamente atingidas,  
1407 de acordo com o perfil socioeconômico atual da área da pequena Central de  
1408 Hidrelétricas de Santa Rita, não haver necessidade de realocação de famílias para  
1409 implantação do empreendimento, considerando que atingirá indiretamente duas  
1410 propriedades, sendo fazenda Santa Rita, tendo como proprietário Votorantim  
1411 Siderurgia, de acordo com a entrevista a construção da pequena hidrelétrica Santa  
1412 Rita será a mais de 10km da sede da fazenda, em área não utilizada para produção.  
1413 Dessa forma o empreendimento não irá interferir na capacidade produtiva nem  
1414 comprometerá postos de trabalho, considerando que a atividade agrícola desenvolvida  
1415 atualmente é a produção de eucalipto para produção de carvão, porém a produção de  
1416 eucalipto está suspensa temporariamente, mas há planos da empresa para reativar a  
1417 atividade rural, dessa forma o empreendimento não irá interferir na capacidade  
1418 produtiva e nem comprometerá postos de trabalho. A fazenda 2 que é a fazenda Santo  
1419 Antonio, proprietário José Inácio e Luiz Renato e Angela Hermogenes, fica a 52KM do  
1420 local do empreendimento o mesmo relata que ficou sabendo através dos técnicos que  
1421 já visitaram várias vezes o local para fazerem os estudos. Não é contra o  
1422 empreendimento, porém espera não ser prejudicado com a negociação. Acredita que  
1423 as atividades produtivas da fazenda possam ser modificada com a instalação da  
1424 pequena central de hidrelétrica, já que a margem do rio é a melhor parte da  
1425 propriedade. O impacto positivo com o empreendimento é a expansão da oferta de  
1426 emprego, aumento da arrecadação municipal, incremento do setor terciário de área de  
1427 influencia direta e indireta e promoção social. No entanto compreende que os impactos  
1428 diretos de interferência sociais e econômicas que podem incidir de forma abrangente  
1429 sobre uma população de determinada região, aumento da demanda e saturação da  
1430 rede de serviço, aquecimento da economia local, contratação de mão de obra entre  
1431 outros, para o meio socioeconômico definiu-se como limite da área de influencia direta  
1432 da pequena central hidrelétrica urbana e rural, considera-se que o município poderá  
1433 sofrer os impactos identificados e deverá ser alvo dos projetos deste plano de  
1434 assistência, porém as ações previstas para potencializar, minimizar ou erradicar os  
1435 impactos sociais, como as apresentadas no cronograma do PAS. Instalação do posto  
1436 de atendimento, projeto de comunicação social, projeto de monitoramento  
1437 socioeconômico, projeto de melhoramento de terras e benfeitorias, projetos de  
1438 geração de renda e reativação econômica da comunidade. Conforme os dados  
1439 coletados pela técnica do CEAS, conclui-se que durante a análise do plano de  
1440 assistência da pequena central de hidrelétrica de Santa Rita, todas as informações



1441 contidas nesse documento são consubstanciadas em dados do PAS, protocolo no  
1442 CEAS na data de 03/12/2012. Parecer conclusivo, após análise pela conselheira  
1443 relatora do CEAS conclui-se que PAS barragem do empreendimento da pequena  
1444 central hidrelétrica de Santa Rita apresentado a este conselho, está em conformidade  
1445 com o disposto na resolução 317 do CEAS, conforme aponta o parecer técnico  
1446 realizado pela técnica responsável do CEAS. BH 23/05/2013. JUANITA – ok! Em  
1447 discussão Cristiane? CRISTIANE – ou Henedina ou a técnica! A técnica que fez a  
1448 visita in loco foi a Rosa? Só para esclarecer, o posto de atendimento do PAS será  
1449 implantado onde? E isso é aprovação de PAS, não é execução, não né? Então eu  
1450 quero saber onde o posto será implantado. GERALDO – só uma pergunta, no item 3  
1451 parecer que no terceiro parágrafo, fala de reativação econômica. Qual a visão para  
1452 falar de reativação econômica? HENEDINA – o posto será instalado no distrito de  
1453 Luizlandia de Minas, que é um distrito e João Pinheiro e a área mais próxima. Quando  
1454 eles apresentam o projeto de reativação econômica é porque eles querem implantar o  
1455 posto, porque Luizlandia de Minas é uma comunidade em auto nível de  
1456 vulnerabilidade, em questão de pessoas desempregadas, famílias que vivem apenas  
1457 com benefício, então querem desenvolver com o posto de atendimento social, algumas  
1458 atividades na área agrícola, para que as famílias tenham renda além do VPC, mas  
1459 será tudo focado em Luizlandia de Minas, que é a comunidade mais próxima. Como  
1460 não tem família nas duas propriedades, o projeto será voltado para a comunidade de  
1461 Luizlandia de Minas, não há família atingida, a propriedade que será mais atingida tem  
1462 mais de 2ha de área deles. Então o foco maior será a comunidade de Luizlandia, por  
1463 serem de alta vulnerabilidade. Vai apoiar o distrito de Luizlandia, pois em João  
1464 Pinheiro não há necessidade. MÁRCIO – em relação à segunda fazenda que será  
1465 uma parte atingida, fica a 52km. E há um relato de que provavelmente que haja uma  
1466 perda de produção. É real o não. há um indicativo de que afeta a produção, se afeta a  
1467 produção, afeta trabalhador? Há uma questão se existe real ou não esse aspecto.  
1468 Parece que João Pinheiro é o maior município em território em Minas Gerais. ROSA –  
1469 Márcio, essa propriedade do Sr. Antonio, eu conversei com o responsável que é o Luiz  
1470 Renato, a propriedade deles tem 1575ha vai ser atingido 6,43% que é a margem do  
1471 rio. Ele fala que a melhor parte da propriedade, como todos atingidos falam é a  
1472 margem do rio, então ele quer uma negociação mais só por ser margem do rio. Ele  
1473 não tem trabalhador, só ele que cuida da propriedade. É ele e o irmão, mas quem é  
1474 mais responsável é ele. O irmão mora em João Pinheiro então é só ele mesmo. A  
1475 questão dele é porque é a margem do rio que será atingida, sendo um total de 75 ha,  
1476 que é um total. A propriedade é para Gado. JORGE – A fazenda Santo (não audível

1477 30:15) ROSA – Sr. Jorge a segunda é a que eu expliquei para Márcio, que será  
1478 atingida 6,73% a primeira que seria da Votorantin, que é área de eucalipto, ele tem  
1479 12500ha, vai ser atingido 0,84% de uma área que não é produtiva. FÁTIMA –  
1480 esclarecimento Rosa, estou escutando a dimensão da área que será atingida que é  
1481 6,43% na área ribeirinha, onde está questionando. Essa demarcação é feita pelo  
1482 empreendedorismo, pelo CONAMA, como é feita a negociação dessa área. Eu fico  
1483 pensando se estão negociando a área ribeirinha quer dizer, qual direito às pessoas  
1484 tem com relação às negociações. Eu fico questionando se isso fará falta se é uma  
1485 agricultura é de gado leiteiro. Criação de gado, não vai ser prejuízo. ROSA – eu vou  
1486 tentar esclarecer. Essa área é medida pelos técnicos do empreendimento. Esse  
1487 empreendimento é aprovado pela ANEEL pelo COPAM, então tem todos os órgãos  
1488 que avaliam. Eles chegam e vêem que a área será negociada. O prejuízo dele será  
1489 pela negociação, então ele pode optar pela indenização, ou pelo reassentamento por  
1490 outra área, ou troca de área ou benfeitoria,. Então esse processo de negociação é  
1491 feita entre eles. E a área é demarcada entre os técnicos, pelos engenheiros. JUANITA  
1492 – mais alguma colocação conselheiros? Podemos ir para votação, eu vou iniciar.  
1493 JUANITA – SEDESE com a relatora. CRISTIANE – inspetoria São João Bosco – com  
1494 a relatora. MARCELO – CRESS – pela aprovação. GEORGE – CMAS de Lagoa Santa  
1495 – pela aprovação JÚLIO – instituto sacramentinos – com relatora MÁRCIO – com  
1496 relatora FERNANDO – com relatora ETHIARA – com relatora INTERLOCUTORA –  
1497 pela aprovação EDIR – pela aprovação. GEARLDO – pela aprovação com a relatora  
1498 ANÁLIA – pela aprovação com a relatora. JOÃO ADEMAR – pela aprovação.  
1499 JUANITA – Bom! Finalizamos essa temática pela consideração à Henedina, eu só  
1500 gostaria de antes de sairmos, pelo que tenho visto outra pessoa precisa sair. Estou  
1501 aqui com a demanda de participação em conferencia, nós já podemos avançar com  
1502 isso aqui? (falas ao fundo). Saímos para almoçar senhores? Mas qual será o prazo do  
1503 plano de ação para colocar no sistema, com a deliberação do conselho? Então temos  
1504 que chamar a Enedina, por conta do prazo do plano de ação. Precisa votar porque se  
1505 não, não vai ser inserido a informação na rede SUAS. (falas ao fundo). Bom! Vamos lá  
1506 senhores! O plano de ação é rápido. Nós estamos com solicitação de palestrantes em  
1507 conferencia! 17 significa que nós vamos aprovar 8 não é isso? Não é isso senhores? 8  
1508 desses, nós temos nominalmente o município de Alfenas que solicita participação, que  
1509 é médio, nós vamos pegar primeiro, nós fomos por critério. Alfenas solicitou Anália  
1510 para o dia 2 de julho, pode Anália? Deliberado conselheiros? Grande Uberlândia,  
1511 solicitou à JUANITA dia 11/07, eles solicitaram pela SEDESE, eu como Subsecretaria,  
1512 considerando minha agenda não pude ir e já indiquei a Tereza, então a Tereza está

1513 indo pela SEDESE, acho que não precisa ir alguém pelo CEAS, não é isso? Ok! Não  
1514 entra nos 8. Ai nós temos: Araujo, porte 1 para Cristiane, 17 de julho 8hs da noite,  
1515 pode? Ok! Morro da Garça, básica pequeno 1, 19/07, Cristiane. Pitangui, pequeno  
1516 porte, plena 27/07 Cristiane. (falas ao fundo), pode não! Geraldo São Sebastião do  
1517 Maranhão, 25/07, pode! Ok! Nós já temos 5, faltam 2, Pitangui ela respondeu que não  
1518 pode, então, até Divinópolis ali! São 8 agora, faltam 8, nós temos solicitação de  
1519 Aimorés, Além Paraíba, lagoa Santa, vou no pequeno 2 agora. Moema, Lagoa Santa!  
1520 Engraçado! Consolação, a Edna não está fazendo. Eu estou com os municípios que a  
1521 SEDESE está indo. Morro da Garça, Bom Jardim de Minas, Itaiomim, Oratórios,  
1522 Resplendor, Santa Rita do Itueto, Santa Rita da Piedade e pronto! Aimorés é 22/05, já  
1523 passou! Qual é o outro que é o seu? Resplendor 07/06. (falas ao fundo). Quantos KM,  
1524 pode ir ou não? Santa Rita do Itueto, 25/07, Julio pode ir à Santa Rita do Itueto! Falta  
1525 mais um não é isso Consolação? Resplendor é 07/06, então fechou? 8, os que na  
1526 ontem vai ofício falando a impossibilidade, ok! CRISTIANE – só uma informação, nós  
1527 havíamos combinado que os municípios que fizessem contato conosco  
1528 individualmente, pelo município que é para informar e Jaboticatubas entrou em contato  
1529 comigo para a conferência dia 06 de julho, como é próximo eles vão arcar com as  
1530 despesas do transporte. JUANITA – está tranquilo conselheiros? Ok! Não tem mais  
1531 ninguém não. Moema já fechou não precisa mais, já chegamos ao numero definido  
1532 pelo conselho que é 50% do atendimento. É exclusivo foi para ela pessoalmente.  
1533 (Falas ao fundo). Qual é o município? Não está aqui não! (falas ao fundo). Carmo da  
1534 Cachoeira. Ok! Mas não está aqui, é isso que estou informando. Então vamos para o  
1535 plano de ação. ANÁLIA – só de informação, o município de Alfenas ligou e disse que  
1536 iria indicar meu nome. Eu perguntei o horário eles disseram de 18 às 22hs, e eu falei  
1537 que dessa forma eu não gostaria de ir. Se não estenderem o prazo da conferencia  
1538 para discutir o tema das oficinas e da conferencia, ficarei muito incomodada achando  
1539 que eu estou tomando o tempo do município em fazer a realização. Então eles irão  
1540 fazer em dois dias a noite e pela manhã. CRISTIANE – plano de ação para o co-  
1541 financiamento do governo federal SUAS. É nota o tema referencia foi discutido e  
1542 referenciado com a comissão de política com a apresentação do plano pela Isabela de  
1543 Vasconcelos Teixeira Superintendente de Capacitação, Monitoramento e controle de  
1544 avaliação de políticas de assistência social do dia 28/05, também as referencias.  
1545 Encaminhamento gerado para deliberação dessa plenária. O indicativo foi pela  
1546 aprovação e so teve um encaminhamento de incluir no relatório que vai acrescentar o  
1547 detalhamento do plano. No Subweb tem espaço para colocar algumas observações do  
1548 conselho, então geralmente o conselho faz isso, ela está sugestão no sistema que os

1549 4 CREAS regionalizados estão em processo de reordenamento, de acordo com a  
1550 discussão que já tivemos anteriormente. JUANITA – discussão senhores  
1551 conselheiros? Aprovado senhores conselheiros. Muito obrigada! Vamos retornar.  
1552 Desculpa Geraldo que dá um informe, e vamos retornar às 14:30? 14hs, dá tempo?  
1553 Ok! 14hs, Geraldo! GERALDO – senhores, principalmente presidente e mesa diretora.  
1554 Eu quero ressaltar dificuldades que estou tendo com a agenda, eu não estarei agora  
1555 nos próximos 20 dias. Estarei em uma comitiva do Brasil na OIT, foi feito um contato  
1556 da mesa diretora no MT em Brasília, então nós estamos indo para Genebra a temática  
1557 que estará sobre minha responsabilidade é a temática da seguridade, onde nós  
1558 alinhamos a questão do sistema previdenciário, nós alinhamos a questão da  
1559 assistência social, a verba que sai do tripé na questão da seguridade e a experiência  
1560 do meio sindical que é falar do sistema previdenciário e quero justificar e pedir  
1561 desculpas pelo caus que estou trazendo para este conselho e haverá outras  
1562 possibilidades de está presentes. JUANITA – retorno às 14:30hs! (Falas ao fundo).  
1563 Então vamos para o relato das comissões, vamos iniciar com comissão de normas? É  
1564 isso? aqui está normas primeiro é! Qual gente! Comissão de normas então. MÁRCIO -  
1565 Boa tarde a todos. Comissão de normas se reuniu no dia de ontem 28/05, presentes  
1566 na comissão. Guilhermina, Catarina e Márcio. O ponto n. 1 o tema o assunto foi uma  
1567 correspondência da CODEVASP, um ponto comum com a comissão. O empreendedor  
1568 do projeto Jequitai solicitando prorrogação de 60 dias para instalação de dois postos  
1569 de assistência social, prazo estabelecido pela resolução do CEAS 437/12. O  
1570 documento foi recebido dia 7/5/13 as referencias legais que é a resolução 437 que  
1571 dispõe sobre as questões legais do PAS da população atingida pelo projeto  
1572 hidroagrícola de Jequitai. O ofício 015/13 emitido pela CODEVASP, companhia de  
1573 desenvolvimento do vale do São Francisco e do Parnaíba, superintendência regional e  
1574 encaminhamento da mesa diretora do CEAS dia 10/05/13, a tratativa técnica, o plano  
1575 de assistência social de Jequitai foi aprovado pela resolução CEAS 437, publicada no  
1576 dia 02 de abril de 2013, em seu art. 2º parágrafo único que os postos de atendimento  
1577 social, deverão está funcionando no prazo máximo de 30 dias a contar da data de  
1578 publicação desta resolução. O empreendedor justificou a não implantação,  
1579 considerando que até o momento não pode contratar a empresa vencedora da  
1580 licitação do plano de gestão ambiental integrada, o que não habilita a definir a  
1581 instalação dos postos de atendimento integrado. A SEDESE avaliou a solicitação e  
1582 verificou que o prazo de 30 dias estabelecido na resolução 437 venceu no dia  
1583 02/05/13 e não identificou elementos contrários ao pedido. O encaminhamento para  
1584 deliberação foi que a comissão concorda com a prorrogação do prazo de 60 dias a

1585 partir da publicação da resolução do CEAS e ainda sugere encaminhar  
1586 correspondência via correio e-mail para a fundação Rural Minas, informando do pedido  
1587 de prorrogação de 60 dias a partir da publicação da resolução 437 e que esta  
1588 instalação deverá ocorrer até o dia 02/06/2013 e o não cumprimento do prazo  
1589 acarretará na revogação solicitada. Ainda que o CEAS recebeu a solicitação  
1590 encaminhada faltando três dias para o vencimento do prazo de instalação dos postos  
1591 de atendimento social e a segunda correspondência seria encaminhada para os  
1592 conselhos municipais de assistência social dos municípios de Jequitaiá, Clara dos  
1593 Poços e Francisco Dumont, atingidos pela construção, solicitando a confirmação de  
1594 implantação dos postos na data prevista que seria 02/06/13. JUANITA – bom em  
1595 discussão! Eu já inicio antes de fazer a discussão. É eu não me recordo bem tem  
1596 atingido nesse empreendimento? Tem! E nós dilatarmos o prazo não vai impactar em  
1597 nada a questão dos atingidos? MÁRCIO – esta avaliação foi feita pela comissão neste  
1598 ponto de vista, pois o prazo para instalação finda agora, 60 dias no próximo domingo,  
1599 então na semana que vem os postos devem está instalados, pois seria maio. Dessa  
1600 forma passaria para 02/06, o CEAS não estaria dilatando mais nenhum prazo depois  
1601 do pedido. Faltam 03 dias para inspirar o prazo de instalação. JUANITA – então não  
1602 teríamos outra alternativa. Mais alguém queria fazer alguma consideração? Não, então  
1603 está aprovado! Ok! MÁRCIO – ponto n. 2 que também junto com a comissão de  
1604 política, correspondência eletrônica da pastoral da terra da CPT, solicita informações e  
1605 providencias quanto ao processo da barragem de Jequitaiá. Ainda a CPT denuncia  
1606 aspecto referentes à área ambiental, sobre o reassentamento das famílias atingidas e  
1607 o fato do projeto ter recebido a licença de instalação via *Ad Referendum* do presidente  
1608 do COPAM sem a aprovação do PAS pelo CEAS. Data do recebimento dia 06/05 as  
1609 referencias resolução 437, que dispõe sobre aprovação do PAS para o projeto  
1610 hidroagrícola de Jequitaiá, ofício da CPT e encaminhamento da mesa diretora datado  
1611 de 10/05. A tratativa técnica que o plano de assistência técnica de Jequitaiá resolução  
1612 n. 437 do CEAS em 27/03/13 aspectos apontados na correspondência eletrônica  
1613 afetas ao plano de assistência social, quais são. A CODEVASP não vem respeitando o  
1614 direito dos atingidos, não tem aparência, aprovou de forma autoritária e desrespeitosa  
1615 o plano de negociação com os atingidos de barrocão e buriti de baixo, não fez avanço  
1616 no processo de reassentamento das famílias atingidas e não tem nenhuma proposta  
1617 para os sem terra acampados na área do empreendimento. Em audiência no dia 27 de  
1618 março a CODEVASP assumiu a pauta dos atingidos e até hoje não tomou uma  
1619 posição nem para agendar uma reunião. Estes pontos são do texto do ofício da CPT.  
1620 Sobre os aspectos apontados são necessários os seguintes esclarecimento da

1621 discussão das comissões. No documento titulado condições de negociação e  
1622 interlocução com os seguimentos sociais afetados pelo empreendimento, entregue á  
1623 equipe do CEAS em 22/02/13 como adendo ao PAS barragem, são descritas as  
1624 condições de indenização de cada grupo atingido. Destaca-se que esse documento foi  
1625 construído a partir das reivindicações dos atingidos e registrado em cartório, existe um  
1626 resumo deste documento no conselho. Quando da visita técnica da secretaria  
1627 executiva do CEAS, as propriedades da barragem de Jequitaiá, no período de 18/02 a  
1628 22/02 de 2013, portanto uma semana que essa equipe permaneceu nesse local, não  
1629 foi percebida a instalação de acampamento do sem terra nas áreas visitadas do  
1630 empreendimento. Também não foi citada pelos representantes dos conselhos  
1631 municipais de Clara dos Poções, Jequitaiá e Francisco Drumonnd que acompanhavam  
1632 as visitas sobre a presença dos sem terras na região. Síntese da discussão. Foi  
1633 avaliado o processo de denuncia apresentado pela CPT e o cumprimento da resolução  
1634 366/2011 cabe ao CEAS solicitar esclarecimentos ao empreendedor e solicitar  
1635 informações aos conselhos municipais dos municípios a serem atingidos no prazo de  
1636 30 dias. Encaminhamento que essa comissão traz para o plenário, seria sugere-se  
1637 antes de responder á comissão da pastoral da terra CPT, solicitar a Rural Minas  
1638 posição atual do processo de todo o reassentamento, solicitar ao conselhos do  
1639 município sobre a presença dos sem terra nas regiões que há propriedades atingidas  
1640 pela barragem de Jequitaiá, solicitar posição ao INCRA se há acampamentos de sem  
1641 terra nos municípios de Clara dos Poços, Francisco Drumond e Jequitaiá, consultar á  
1642 PM se os municípios tem registro de sem terra na região, solicitar ao COPAM  
1643 informações sobre o processo de licenciamento do processo da barragem de Jequitaiá.  
1644 Após todas as solicitações e avaliação da comissão de normas encaminhar  
1645 posicionamento à CPT. JUANITA – então! São suas situações que eu quero  
1646 esclarecimento. Na síntese da discussão foi apresentado que tem divergência entre o  
1647 que apresentou o e-mail da CPT e as informações identificadas pelo CEAS no ato da  
1648 visita. No ato da visita já é conversado com os conselhos, porém na data da visita não  
1649 tinha esse documento do CPT não é isso? MÁRCIO – exatamente. JUANITA – então  
1650 não pode fazer essa verificação in loco do conselho da questão dos sem terra. E com  
1651 relação aos encaminhamentos só estou em duvida solicitando para o COPAM informe  
1652 sobre o processo de licenciamento, pra quê? O que vamos fazer com isso. MÁRCIO –  
1653 a solicitação se refere que a denuncia da CPT fala que houve *Ad Referendum* da  
1654 licença de instalação, se isso ocorreu ou não, se ocorreu novamente volta uma  
1655 discussão a esse conselho à autonomia do COPAM em relação a esse conselho com  
1656 a concessão de licenciamento sem a resolução do CEAS porque essa concessão ela

1657 foi, anterior á nossa resolução de aprovação. JUANITA – eu entendo! Estou  
1658 entendendo isso dá. Mas qual a governabilidade que temos com relação a isso, sendo  
1659 que é outro conselho. O que podemos fazer uma carta um ofício, informando.  
1660 MÁRCIO – o que vamos fazer é um ofício. JUANITA – eu sei! Informações do  
1661 licenciamento. Se confirmada a denuncia do CCPT que é eles sim deram a licença o  
1662 Ad Referendum lá e ai o que vamos fazer? MÁRCIO – voltar com o encaminhamento  
1663 interno e ver o que vamos fazer com relação a essa situação. JUANITA – entendi.  
1664 Alguém está inscrito? MARCELO – e, além disso, que o Márcio está apontando,  
1665 também saber do COPAM se detectaram movimento dos sem terra também. Porque  
1666 ele tem esse papel. E só para lembrar que já está ficando histórico o COPAM tomar  
1667 essas medidas sem ouvir o conselho estadual e eu já fui radical no sentido de passar  
1668 esse caso para o MP. Se tem uma lei estadual que diz o fluxo de como deve ser o  
1669 licenciamento e um órgão governamental não respeita outro órgão governamental é  
1670 caso do MP tomar conhecimento disso. JOÃO ADEMAR – os dois assuntos são em  
1671 relação ao mesmo empreendimento? Isso! Ele começou a instalar pelo que estou  
1672 entendendo. Se já há pessoas sendo removidas já está instalando, e poderia instalar  
1673 sem ter o PAS instalado. (falas ao fundo). CRISTIANE – de certa forma o João  
1674 Ademar já esclareceu minha duvida, que o empreendimento que dilatamos o prazo  
1675 para implantação do PAS é o mesmo que está tendo todos os problemas relatados ai.  
1676 MARCIO – correto, é o mesmo! CRISTIANE – é o mesmo! Acho que é ter essa visão  
1677 de que eles não implantaram o posto de atendimento estão tendo todas as  
1678 dificuldades. É só termos essa clareza em relação a essa questão. Já é um  
1679 empreendimento que exige nossa atenção. É um alerta para nós. MÁRCIO – Cristiane!  
1680 Em função dessa questão é por isso que estamos tomando cuidado para primeiro  
1681 termos informações completas para depois estartar o processo. Primeiro temos que ter  
1682 uma prevenção em cima deste projeto, porque é o primeiro projeto com finalidade de  
1683 não exploração econômica. Mas de Hidroagricola e não podemos deixar que ele  
1684 evolua para uma situação complicada. JUANITA – inclusive eu acho corretíssimo,  
1685 porque na visita da técnica ela não identificou essa situação. A denúncia foi posterior.  
1686 É necessária a complementação de informação. Alguém mais gostaria de colocar  
1687 contra? Aprovado Márcio. MÁRCIO – ponto n. 3 o empreendimento SIGMA energia  
1688 que administra o empreendimento Serra das Agulhas informa que o posto de  
1689 atendimento está temporariamente fechado, por falta de profissionais e que estão  
1690 buscando profissionais qualificados para a contratação. Recebimento do documento  
1691 22/05, referente resolução 385/11 que aprova o PAS do empreendimento pequena  
1692 central hidrelétrica da Serra das Agulhas. Tratativa técnica informa que a psicóloga

1693 solicitou desligamento em novembro de 2012 e a assistente social solicitou  
1694 desligamento em maio de 2013, ambas por motivo de novo emprego e que desde  
1695 então não conseguiu novos profissionais para o preenchimento dos cargos. No  
1696 documento não informa as dificuldades encontradas no processo de recrutamento e  
1697 contratação e nem como foi realizada a divulgação das referidas vagas. Síntese da  
1698 discussão. Considerou que o empreendimento atingirá três propriedades, não há  
1699 realocação de família e perda de postos de trabalho e a obra não ter iniciado até o  
1700 momento, conforme informado pelo empreendedor. A comissão de normas informa  
1701 que o impacto poderá ser pela contratação de mão de obra no município de monjolos  
1702 previstas para 350 trabalhadores, assim é necessário estipular prazo para a  
1703 contratação de profissionais pelo empreendedor. Encaminhamento ofício ao  
1704 empreendedor para 30 dias para recomposição da equipe do posto de atendimento  
1705 social. As cartas de solicitação de demissão foram apresentadas pelos profissionais e  
1706 estão nos autos do pedido. VOLNEY – eu sugiro como encaminhamento que esse  
1707 prazo do posto ele seja prorrogado também porque 4 meses sem dois profissionais,  
1708 sugiro também que ele divulgue essas vagas no conselho de classe, esse  
1709 encaminhamento nosso, que esse prazo de 4 meses seja prorrogado. Isso é  
1710 inadmissível. JUANITA – e que as vagas sejam disponibilizadas nesses conselhos de  
1711 classe para que não haja e não tenha profissional para concorrência da vaga. Ta  
1712 aprovado, ok! MÁRCIO – ponto n. 4 JUANITA – mas ela está corrigindo! Aprovação do  
1713 encaminhamento, mas a dilatação do prazo. MÁRCIO – ponto 4 denuncia de um  
1714 atingido da construção da CGH Pitangas no município de Braunas, conforme  
1715 correspondência eletrônica o empreendedor da RAI Brasil, não cumpriu com dois  
1716 termos do acordo com o denunciante. O Sr. Rivanir de Oliveira Brandão, a falta de  
1717 cumprimento levou um boi de sua propriedade a sofrer um acidente. Data do  
1718 recebimento dia 22/05 referencia resolução 363 que dispõe sobre os processos  
1719 aplicados de denúncia recebidas pelo conselho, resolução 374 que dispõe sobre a  
1720 comprovação do PAS para a população atingida da Central Geradora Hidrelétrica de  
1721 Pitangas, correspondência eletrônica protocolada no CEAS em 03/04/2013 pelo Sr.  
1722 Rivanir de Oliveira Brandão atingido pela construção pela CGH Pitangas,  
1723 encaminhamento pela mesa diretora do CEAS reunida no dia 12/04. Tratativa o  
1724 empreendedor em resposta encaminhou as respostas dos itens cumpridos do termo  
1725 de acordo. Síntese da discussão, os esclarecimentos representou que todos os itens  
1726 pendentes foram cumpridos não informado quando este cumprimento ou realização da  
1727 obra. Ainda foi avaliado que a denúncia chegou ao CEAS em abril e o esclarecimento  
1728 veio em maio, assim não sabe-se se as obras na propriedade do atingido foi realizada



1729 pós denuncia. Encaminhamento, solicitar ao conselho municipal de assistência social  
1730 de Braunas que realize uma visita ao Sr. Rivanir, para verificar se os aspectos  
1731 pendentes apresentado pelo atingido ou não, por meio da entrevista e fotografia  
1732 dessas benfeitorias. (falas ao fundo) isso era para construção de um bebedouro e uma  
1733 casa de apoio para a propriedade. Ele alegou que não foram cumpridos. Em função de  
1734 não haver o bebedouro o boi se deslocou por outro caminho dentro da fazenda e teve  
1735 um acidente e o animal morreu recentemente. Não no acidente, mas posteriormente.  
1736 CRISTIANE – eu queria colocar uma sugestão para além de solicitar ao conselho  
1737 municipal de assistência eu acho pertinente a proposição, mas como eu vi o  
1738 denunciante ele mandou correspondência por meio eletrônico. Eu sugiro perguntar  
1739 diretamente a ele, além de perguntar ao conselho, perguntar sobre o assunto  
1740 diretamente ao denunciante, uma vez que está em correspondência eletrônica.  
1741 MÁRCIO – ok! JUANITA – ele foi o denunciante. Vamos perguntar para ele sua  
1742 denuncia ainda procede ou não foi cumprida pelo empreendedor. Se ele falar que foi  
1743 cumprida morreu! MARCELO – seria interessante o conselho ir porque já faz um olhar  
1744 de todo o processo de acordo que esteve lá. Como forma de monitoramento. MÁRCIO  
1745 – aceito! JUANITA – Fátima, por favor. FÁTIMA – eu estou sugerindo também se o  
1746 proprietário ficou sem o boi, teve o prejuízo, quem vai pagar. Esse acordo tem que ser  
1747 firmado também, porque de repente não está no acordo. Ele sofreu lesão, ele tinha  
1748 que ter feito todo o encaminhamento. Quem vai pagar o prejuízo, tem que ver quem  
1749 vai pagar. JUANITA – o problema é provar que o boi morreu por causa daquilo! Esse é  
1750 o problema. FÁTIMA – tem que questionar. JUANITA – acho muito difícil o CEAS fazer  
1751 isso, porque envolve policia, BO para averiguar. O CEAS não tem condições de falar.  
1752 O prejuízo você vai ter que ressarcir. FÁTIMA – eu concordo com você, mas de  
1753 repente! Se houve o prejuízo, se foi registrado, se houve o BO, qual é o prejuízo  
1754 mediante essa perda da propriedade dele. Quais as condições que foram  
1755 questionadas na época. MÁRCIO – na comissão discutimos sobre essa questão e  
1756 entendemos que é muito complexo o CEAS inserir em questão de indenização  
1757 referente a algum dano, pois extrapola a competência desse conselho. Se houve  
1758 algum tipo de prejuízo esse empreendedor junto com o atingido é que terão que  
1759 chegar ao denominador. Não cabe ao CEAS fazer essa interpretação e definir alguma  
1760 situação nesse aspecto. JUANITA – ok! MÁRCIO – finalizada a comissão de normas  
1761 JUANITA – comissão de política! Vamos lá! MARCELO – senhores conselheiros!  
1762 (falas ao fundo). Ponto 7. O Ofício do CEDCA, respondendo o ofício 39 do CEAS  
1763 sobre o grupo de trabalho para tratar do plano de promoção, proteção e defesa dos  
1764 direitos da criança e adolescente convivência familiar e comunitária no Estado de

1765 Minas Gerais. Documento que chegou ao grupo e sua composição do mesmo. Solicito  
1766 indicação de um representante do CEAS para integrar este grupo. Nós enviamos o  
1767 ofício para o conselho da criança e do adolescente dizendo desse plano e da nossa  
1768 intenção em contribuir no processo. O CEDCA nos responde dizendo quem são os  
1769 representantes, e solicita indicação de um conselheiro do CEAS. Nós fizemos a  
1770 discussão e no momento da discussão chegou-se a conclusão que temos um  
1771 conselheiro que já havia participado de discussões anteriores que é a conselheira  
1772 Cristiane, então fizemos um indicativa que ela continue nessa comissão, considerando  
1773 o acumulo que ela já tem no processo. Caso a conselheira não tenha condições é que  
1774 sai do conselho um nome para compor. Eu quero só acrescer a essa proposta, dizer  
1775 que devemos indicar dois para ir um como suplente da Cristiane. JUANITA – com  
1776 relação a isso eu pergunto à Cristiane se ela aceita a indicação, para vermos outro  
1777 conselheiro para ser suplente. CRISTIANE – primeiro agradecer a comissão pela  
1778 indicação fico feliz. Mas acontece que eu não tenho mais disponibilidade de assumir  
1779 outras reuniões, eu não sei qual vai ser. Eu participei no CEDICA de uma elaboração  
1780 de planos, e as reuniões são mais constantes, não são reuniões esporádicas. Pelo  
1781 menos da experiência que eu fui, eu percebi que são muitas reuniões, então, eu  
1782 gostaria que outra pessoa assumisse e eu assumo a suplência. JUANITA – bom! Com  
1783 isso eu gostaria de ver há alguma indicação de representante no CEDCA, porque é  
1784 mais tranquilo considerando a agenda, de próprio BH! (falas ao fundo). O microfone!  
1785 MARCELO – ponto 8 assunto, ofício da SEDESE respondendo ofício 32 do CEAS.  
1786 Serviço de acolhimento institucional responsável pela SUBAS. Teve uma tratativa  
1787 técnica com o seguinte parecer. Estão sobre execução direta da SUBAS 51 unidades  
1788 de acolhimento institucionais distribuídas da seguinte forma. 3 em parecerias com as  
1789 APAES, 43 com a Fundação Gregório Barenite. E 3 com os núcleos, caminhos de  
1790 Jesus e Creche nosso lar e creche bom pastor. Em 1996 a casa lar foi criada como  
1791 alternativa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência e  
1792 pessoas com sofrimento mental em decorrência da extinção da FEBEM e do Centro  
1793 de Triagem. Síntese da discussão. A resposta encaminhada pela SEDESE é subsidio  
1794 para monitoramento do CEAS rede social. A lista das entidades servirá para eleger  
1795 uma amostragem de 10% para visitação e monitoramento. Encaminhamento, qual foi  
1796 a discussão que tivemos! Considerando que são 50 entidades e 50 unidades de  
1797 acolhimento, nós pensamos em tirar 10%, primeiro pensamos em tirar 3 definidos por  
1798 região, por amostragem para fazermos visitas posteriores e assim fizemos o  
1799 encaminhamento. Escolhidos três municípios da seguinte forma. Belo Horizonte,  
1800 entidade Ata Cidadania através das conselheiras Edir e Ethiara. Em Caratinga APAE

1801 conselheiro Júlio, Montes Claros, conselheira Rosilene. Estamos fazendo a indicação  
1802 dos nomes mesmo a conselheira Rosilene não estando presente, mas por economia e  
1803 porque como já existe uma em Montes Claros, aproveitamos que temos a conselheira  
1804 para fazer a visita e contribuir no processo. Nós discutimos também é importante que  
1805 seja colocado que a Secretaria executiva irá fazer um instrumento que subsidiará os  
1806 conselheiros em cima de um cronograma. JUANITA – eu gostaria de fazer uma  
1807 sugestão aos conselheiros indicados ou outros que por ventura se candidatarem a  
1808 fazer a visita. A SEDESE tem documento relativos a essas casas e a esses  
1809 acolhimentos. Inclusive estudo de casos, proposta de metodologia de intervenção,  
1810 relatório de acompanhamento semestral. E relatório do técnico que avalia in loco. Se  
1811 caso o conselho precisar até para subsidiar a visita, não se necessário é só fazer a  
1812 solicitação de copia. Inclusive no edital que está no site da SEDESE para o  
1813 chamamento das entidades já para a câmara da central de vaga, já está os dados e  
1814 informações que a entidade precisa ter para ser a vaga para a SEDESE, de repente é  
1815 uma luz até para a criação do instrumental. MARCELO – Ok! Ponto 9 também ofício  
1816 da SEDESE respondendo ofício 22 sobre as questões referente ao município de  
1817 Lavras, sobre os recursos recebido pelos mesmos sobre execução a tratativa é que a  
1818 APAE Lavras questiona a ocorrência de um corte de 2,000 reais sendo transferido  
1819 para um asilo local. Síntese da discussão. Considerando que a mesa diretora iniciou o  
1820 encaminhamento de informações sobre começar o processo de sindicância. Situação  
1821 Apae de Lavras registra em e-mail que houve um corte de 2.000 reais do valor  
1822 simbólico que recebia, sem a devida aprovação do conselho. Aberto o processo com  
1823 necessidade de escutar o CMAS, encaminhamento enviar ofício relatando a situação  
1824 do fato e se realmente foi deliberado por esse corte de 2.000 reais. (falas ao fundo)  
1825 JUANITA – eu só gostaria de esclarecer que o gestor tem essa autonomia desde que  
1826 o conselho aprove essa troca., e se a APAE tem cobertura, seria isso mesmo Marcelo.  
1827 MARCELO – não constou da pauta da comissão, mas foi uma demanda que a  
1828 comissão de política estava presente, demandou a respeito da proposição que houve  
1829 por parte da secretaria executiva de fazer a modificação da alternância da técnica que  
1830 acompanha a secretaria, a comissão. Considerando o papel de conselheiros que  
1831 somos leigos e não temos conhecimento técnico sobre o tema e considerando que a  
1832 Nilce vem atendendo a comissão de política a algum tempo, pensamos que uma  
1833 modificação nesse momento, poderia causar mais prejuízo, se houve uma modificação  
1834 até mesmo dentro do processo da secretaria executiva de fazer a admissão de  
1835 modificação ou não. Nós sugerimos se for possível uma reanálise da discussão e que  
1836 fosse revisto o processo considerando a contribuição técnica e pela competência que

1837 ela tem, eu e juntamente com os companheiros que estamos na comissão, nós  
1838 pedimos da viabilidade de revisão do posicionamento para rever o direcionamento da  
1839 técnica. JUANITA – não há nenhum problema de responder agora não. Logo que  
1840 assumi que identificamos algumas dificuldades e isso eu lembro que nós conversamos  
1841 inclusive na mesa diretora, inclusive de algumas proposituras de posicionar a equipe  
1842 técnica e qualificá-la, inclusive foi uma demanda que surgiu após uma reunião com a  
1843 equipe técnica e as próprias técnicas colocaram N situações. Uma delas foi falta de  
1844 qualificação profissional, se eu como presidente do CEAS, pois elas estão vinculadas  
1845 às subsecretaria exijo delas uma qualidade técnica. Eu tenho que fazer com que elas  
1846 tenham essa qualificação técnica. Independente se eu sou psicóloga ou assistente  
1847 social. Nesse contexto como eu tenho anos de secretaria desde 99 eu estou lá e olhei  
1848 para o lado e pensamos em capacitação para o grupo que está lá e esquece do grupo  
1849 aqui. E este grupo faz parte da Subsecretaria, com isso e outras situações delicadas  
1850 que aconteceram à época, nós tivemos tomada de decisão, uma no sentido de fazer  
1851 rodízio dos técnicos das comissões, para que estes se tornem especialistas nas  
1852 comissões. Eu tenho a Rosa que sabe tudo de usina e no caso de impossibilidade da  
1853 Rosa atuar a comissão de normas vai ter dificuldade. Estou dando um exemplo. Que  
1854 quando tomamos essa decisão foi no sentido de potencializar os técnicos discutem  
1855 sobre todas as temáticas e se qualifiquem também com leituras específicas para  
1856 aquela temática. Com isso nós fizemos no primeiro momento a da política, trazendo o  
1857 Ângelo pois ele praticamente ele fica só no administrativo, respondendo a questão de  
1858 e-mail e análise de processo. É claro que ele tem outras funções, a outra questão foi  
1859 no sentido de qualificar os técnicos. A Nilce foi para Brasília, coisa que não acontecia  
1860 que iria só a Consolação. A mesma coisa que aconteceu com a Paula que foi para o  
1861 conselho regional, como Geraldo, então são estratégias que eu como Subsecretária  
1862 que sou responsável por qualificá-las que tem essa responsabilidade, nós pensamos  
1863 que é excelente, pois não podemos embora a equipe seja robusta e que são  
1864 profissionais de extrema qualidade, mas a própria Paula me falou na reunião, eu entrei  
1865 aqui tem um ano e nunca ninguém me falou qual é o trabalho do CEAS. Então o que  
1866 eu faço é porque entendo que é o certo e também de acordo com as orientações da  
1867 Consolação que é a secretaria executiva, mas não fui capacitada para ser uma técnica  
1868 de um conselho. Então eu e Consolação fizemos reflexos nesse sentido e fizemos  
1869 meia-culpa, é só Consolação que vai para conferencia, é só ela que vai à Brasília,  
1870 fazendo essa avaliação chegamos a um denominador para melhorar o conselho.  
1871 Agora se a comissão entende que isso vai prejudicar, entendo que não. Enquanto  
1872 você induz esse profissional a uma comissão, você está induzindo ele a buscar

1873 informações. E se tem dificuldade chama outras para apoiar, mas se é o desejo da  
1874 comissão de política eu penso que não podemos ousar fazer isso com outras técnicas,  
1875 porque se não a comissão de apoio vai falar adoro a Paula e a Paula é muito  
1876 competente e a Paula não pode ir a normas. Eu entendo que isso é uma necessidade.  
1877 Entretanto a Nilce volta para comissão de política e paralisamos com a rotação dos  
1878 técnicos no sentido de apropriá-las na discussão que é necessária, por exemplo. Uma  
1879 técnica com problema de saúde na família, ela praticamente não pode deixar de não  
1880 vir no CEAS, porque é a única que entende do assunto. MARCELO - talvez eu teria  
1881 solução para este problema considerando que é pertinente as colocações da  
1882 presidente. Talvez eu teria a solução. As reuniões do CEAS, necessariamente, são  
1883 uma vez por mês, acho que não teria nenhum problema que a secretaria executiva  
1884 dentro do seu planejamento, fizesse oficinas com as técnicas dentro do seu  
1885 planejamento para tomarem conhecimento de toda a área. Quando defendemos que  
1886 Nilce continuasse, se eu tivesse nas normas eu defenderia que Rosa continuasse.  
1887 Fazemos essa defesa seria colocar nosso técnico Ângelo em uma roubada danada.  
1888 Com todo o respeito. Está entrando um técnico que trabalhou passando e-mails, e  
1889 jogado em uma comissão extremamente relevante que demanda determinada  
1890 conhecimento mais profundo do sistema. Considerando isso foram os apontamentos  
1891 que fizemos. Não haverá nenhum prejuízo do Ângelo se apropriar dos trabalhos junto  
1892 com a Nilce e fazer parte da comissão e assim que tiver domínio fazemos as devidas  
1893 alterações. Isso será interessante para nós e para mim, pois estou chegando. Ontem  
1894 teve reunião das demais comissões e a comissão de política ficou sem seu  
1895 coordenador e teve o apoio logístico da Adelmira e da secretaria executiva. FÁTIMA –  
1896 eu queria dá uma sugestão, igual o Marcelo falou se as técnicas estão necessitando e  
1897 treinamento, como a SEDESE poderia fazer um calendário para suprir a necessidade  
1898 das técnicas? Se a Rosa faltar, então eu acho assim. Quando a coordenadora está de  
1899 férias quem vai ficar no lugar dela. Pensar no calendário e capacitar elas. JUANITA –  
1900 inclusive isso já pensamos e já estamos fazendo. Fátima! As técnicas não  
1901 participavam do curso telepresencial que é uma ação rotineira é mais uma  
1902 possibilidade de capacitação. O que os técnicos da SEDESE forem fazer elas serão  
1903 incluídas, como um agora da SEPLAG. Enfim isso já está decidido das necessidades  
1904 dela fazerem, como ficavam aqui acabava que não entrava no bolo. Nós vamos fazer  
1905 uma reunião novamente com as técnicas e vamos ver de que forma vamos atender a  
1906 comissão e rever as questões. MÁRCIO – eu queria só ressaltar quanto é importante  
1907 na capacitação continuada. Nós falamos isso para conselhos, conselheiros, na sua  
1908 proporcionalidade para todo o estado. É fato que o conselho precisa de referência

1909 técnica para as comissões, dado a amplitude do trabalho e a especificidade que cada  
1910 uma das comissões tem. É fato que é uma oportunidade do conselho desenvolver uma  
1911 metodologia de capacitação da sua secretaria executiva do ponto de vista de ser uma  
1912 referencia nesse aspecto, pois é uma ação continuada, porque técnicos entra e  
1913 técnicos saem, conselheiro entram e saiam. Desenvolver metodologia para que haja  
1914 técnicos que cubra todas as comissões. Isso sim é uma perspectiva que estamos  
1915 começando a desenhar extremamente positiva nesse aspecto. JUANITA – inclusive na  
1916 reunião com os técnicos eu solicitei aos profissionais que emitissem uma proposta de  
1917 qualificação. Para apresentarem e ficaram no decorrer das discussões internas do  
1918 CEAS e da secretaria executiva, e ai eu como subsecretaria avaliar a possibilidade do  
1919 atendimento e de que forma. Acabou, comissão de apoio? CRISTIANE – pelo que eu  
1920 entendi, foi acatada a solicitação de retorno da técnica à comissão. Mas não estamos  
1921 descartando toda a capacitação, inclusive da secretaria executiva de capacitação.  
1922 JUANITA – eu não estou decidindo agora, devido a o respeito dos técnicos da  
1923 secretaria de tomarem a decisão de voltar, pois fizemos a reunião com eles e  
1924 identificamos as dificuldades de gestão do próprio conselho. Nós tínhamos tomados  
1925 algumas providencias. Eu vou fazer novamente uma reunião de trabalho com as  
1926 técnicas e depois responder ao plenário sobre essa questão, porque o que está sendo  
1927 colocado é da possibilidade da Nilce voltar. Mas eu gostaria de fazer uma conversa  
1928 com todas as técnicas da secretaria executiva, pois iniciamos o processo na conversa  
1929 com as técnicas. Com relação a essa decisão não estamos tomando. Estou  
1930 esclarecendo a todos vocês e vamos avaliar novamente essa situação. OK! MARCELO  
1931 – essa reunião será da subsecretaria ou da presidente do conselho. É só para reforçar  
1932 ainda mais, na hora que a subsecretaria for conversar com a equipe de fazer essa  
1933 avaliação com muito carinho. Eu quero defender duas pessoas, o Ângelo e a Nilce,  
1934 defende-lo pela roubada que está sendo colocado sem ter o aprofundamento na  
1935 comissão com a qualificação técnica deles. Que é Biólogo! E considerando a  
1936 qualificação técnica da Nilce que é assistente social, socióloga que tem todo o perfil  
1937 interessante para a comissão de política. JUANITA – será analisado com todo o  
1938 carinho, primeiro não é uma roubada do Ângelo, que eu acho que tem que ter  
1939 entendido como desafio profissional, não só pela questão da Nilce e pela questão do  
1940 Ângelo, mas em todas as técnicas é de interesse maior não só como presidente do  
1941 conselho, mas como subsecretaria a questão especifica da técnica e da qualificação  
1942 delas. MARCELO – quando eu falo desses dois nomes e sem desconsiderar as  
1943 demais técnicas que cumprem o papel, mas quando eu falo dos dois nomes é porque  
1944 são da comissão de política da qual eu participo. E que foi feita uma discussão com

1945 os companheiros da comissão de política. JUANITA – eu tiro a Rosa da comissão de  
1946 normas e decidimos que a Rosa vai para apoio e que a Paula vai para a norma. O  
1947 coordenador da norma vai gritar aqui. Enfim é a mesma lógica. (falas ao fundo).  
1948 ANÁLIA – comissão de apoio, estiveram presentes apenas três conselheiros. Anália,  
1949 Henedina e Sr. Hélio Norberto. Coordenador é o Geraldo não esteve presente hoje e  
1950 justificou sua ausência. Secretaria executiva foi a Paula, nós também não abrimos  
1951 mão da Paula. O ponto 1 é a participação de um conselheiro na URCMAS de Salinas,  
1952 no município de Vargem Grande com o tema do papel do conselheiro na avaliação e  
1953 monitoramento do conselho de assistência social. É preciso definir alguém que participe  
1954 nessa data 18 de junho 2013. JUANITA – Consolação, me lembra aqui a reunião  
1955 regionalizada que íamos fazer com as URCMAS, você lembra das primeiras, que ela  
1956 foi adiada nós perdemos ela de memória ou se perdeu no planejamento. (falas ao  
1957 fundo). Essa URCMA está ativa? INTERLOCUTORA – Isso já passou pela mesa  
1958 diretora, e é importante está atendendo, porque a URCMA estava desativada, eles se  
1959 reuniram os 21 municípios do grupo de Salinas. Reuniram um grupo menor e estão  
1960 reativando, já fizeram reunião e já fizeram a constituição da mesa diretora, estão  
1961 marcando a próxima agora. Acho que é um momento de fortalecermos. Então acho  
1962 que na mesa diretora já houve a oração de atendê-lo e na comissão de apoio não  
1963 houve possibilidade de atendê-los por indisponibilidade de agenda. JUANITA – alguém  
1964 se candidata conselheiros, dia 18 de junho. Então infelizmente não temos agenda de  
1965 conselheiros, não é isso Anália! ANÁLIA – 18/ de junho. Não! Então quem sabe se  
1966 eles mudarem a data, pode encaminhar como sugestão a mudança de data. JUANITA  
1967 – se for em outra data tem algum conselheiro que se habilita, porque ai já sugere a  
1968 URCMA para mudar de acordo com a agenda do conselheiro. Não como não tem  
1969 conselheiro, vamos sugerir para atender alterar a agenda. Não sei! Também não tem.  
1970 É da impossibilidade. Você encaixa na sua agenda, por favor e sugerimos uma data  
1971 para eles. Ponto n. 2 também uma participação, ofício recebido pela SEDESE  
1972 encaminhado ao CEAS, que é também sobre participação de nove municípios na  
1973 região de Teófilo Otoni, o Geraldo já se disponibilizou, vocês concordam que o  
1974 Geraldo vá! URCMAS de Teófilo Otoni dia 10/06, o Geraldo tem agenda e está à  
1975 disposição. Ponto 3 plano de ação da comissão de apoio. MARCELO – só para  
1976 aproveitar que está saindo às indicações das URCMAS. A URCMA de São João Del  
1977 Rey, eles me ligaram perguntando se eu teria possibilidade de participar da reunião de  
1978 reativação discutir com eles sobre conferências municipais, eu também me coloquei à  
1979 disposição e será dia 06 de junho. ANÁLIA – então vamos fazer a leitura na íntegra. O  
1980 plano já foi apresentado tem poucas modificações. Foram cinco metas estabelecidas

1981 para o acompanhamento ponto 3, plano de acompanhamento da comissão de apoio,  
1982 como vamos acompanhar os conselhos nos municípios. Ontem a comissão fez  
1983 pequenos arranjos. (falas ao fundo). É o que foi apresentado. São Paulo e vai para  
1984 Brasília! Já foi apresentado em São Paulo e já fez ajustes. Contém 5 Metas. Meta 1  
1985 identificar potencialidades e fragilidades do conselho estadual de assistência social por  
1986 região. Ação 1 mapear regiões com maior número de conselhos municipais com  
1987 fragilidades. Qual é a estratégia? Análise das informações do Senso SUAS, conselhos  
1988 e controle social. Reuniões de escuta aos presidentes de URCMAS,  
1989 operacionalização, cruzamento de informações com demandas recebidas do CEAS.  
1990 Análise e cruzamento das informações do SIM. Mapeamento por região dos planos de  
1991 providências que contemple o plano de região local. Avaliar as informações e definir as  
1992 ações de enfrentamento das fragilidades via URCMAS, realizar duas reuniões por ano  
1993 com presidentes de URCMAS no CEAS, meta 2 assessorar os conselhos para  
1994 cumprimento de suas funções enquanto caráter permanente e composição paritária,  
1995 aqui fizemos um arranjo ontem que dividimos a ação em 2, a primeira ação, orientar os  
1996 conselhos para proceder a ação do conselho com a LOAS. Estratégia esclarecer  
1997 questões que devam constar na lei de criação dos conselhos para o funcionamento  
1998 em consonância com a lei vigente. Estimular a verificação constante das publicações  
1999 de normativas e informações dos sites MDS, CEAS, SEDESE, CNAS, para  
2000 atualização de suas ações. Enviar e-mail aos conselhos informando sobre a  
2001 importância do tema e disponibilizar no site do CEAS sugestão de lei para os  
2002 municípios. Estratégia 2 informar e promover as ações dos conselhos que dão  
2003 diretrizes para estruturação e funcionamento dos conselhos, operacionalização.  
2004 Elaboração de material informativo ressaltando a obrigatoriedade de garantir a lei e a  
2005 paridade nos conselhos. Até pensamos numa coisa é ter conhecimento da resolução  
2006 237, outra é ter o material que traduza o que se tem na resolução, porque ligam e  
2007 pedem informações coisas simples e poderíamos colocar no material produzido.  
2008 Contribuir nas atividades nas ações. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata  
2009 degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.